

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	9
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	10
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	46
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	120
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	124
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	125
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	126
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	127

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
Total	9.521.649
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	19.508.380	0	0
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	210.737	0	0
1.01.01	Caixa	210.737	0	0
1.01.01.01	Caixa	210.737	0	0
1.02	Ativos Financeiros	18.558.752	0	0
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	420.389	0	0
1.02.01.01	Banco Central - Recolhimentos Obrigatórios	420.389	0	0
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	89.167	0	0
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	89.015	0	0
1.02.02.02	Derivativos	152	0	0
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	18.049.196	0	0
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	415.165	0	0
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.609.906	0	0
1.02.04.04	Operações de Crédito	15.344.987	0	0
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-598.807	0	0
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	1.277.945	0	0
1.03	Tributos	391.840	0	0
1.03.03	Outros	391.840	0	0
1.03.03.01	Créditos Tributários	391.840	0	0
1.04	Outros Ativos	13.959	0	0
1.04.03	Outros	13.959	0	0
1.04.03.01	Outros Ativos	15.759	0	0
1.04.03.02	Provisão para Valor Recuperável de Ativos	-1.800	0	0
1.05	Investimentos	28	0	0
1.05.05	Outros Investimentos	28	0	0
1.05.05.01	Outros Investimentos	28	0	0
1.06	Imobilizado	130.819	0	0
1.06.01	Imobilizado de Uso	324.441	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.06.01.01	Imobilizado de Uso	324.441	0	0
1.06.03	Depreciação Acumulada	-193.622	0	0
1.06.03.01	Depreciação Acumulada	-193.622	0	0
1.07	Intangível	202.245	0	0
1.07.01	Intangíveis	275.898	0	0
1.07.01.01	Intangíveis	275.898	0	0
1.07.03	Amortização Acumulada	-73.653	0	0
1.07.03.01	Amortização Acumulada	-73.653	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	19.508.380	0	0
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	16.739.312	0	0
2.02.01	Depósitos	13.264.880	0	0
2.02.01.01	Depósitos a Vista	980.092	0	0
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	10.000.689	0	0
2.02.01.03	Depósitos Interfinanceiros	138.958	0	0
2.02.01.04	Depósitos de Poupança	2.145.141	0	0
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	420.727	0	0
2.02.02.01	Captação no Mercado Aberto	420.727	0	0
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	3.053.667	0	0
2.02.03.01	Relação Interfinanceira	139.049	0	0
2.02.03.03	Emissão de Títulos	2.604.323	0	0
2.02.03.04	Obrigações por Empréstimos no Exterior	81.768	0	0
2.02.03.05	Obrigações p/ Repasses no País - BNDES	228.527	0	0
2.02.04	Outras Captações	38	0	0
2.03	Provisões	222.270	0	0
2.03.01	Provisão para Pagamentos a Efetuar	162.126	0	0
2.03.02	Provisão para Contingências	60.144	0	0
2.05	Outros Passivos	304.134	0	0
2.05.01	Outras Obrigações Fiscais	24.038	0	0
2.05.02	Outras Obrigações	280.096	0	0
2.07	Patrimônio Líquido	2.242.664	0	0
2.07.01	Capital Social Realizado	1.881.601	0	0
2.07.04	Reservas de Lucros	380.667	0	0
2.07.04.01	Reserva Legal	28.446	0	0
2.07.04.02	Reserva Estatutária	352.221	0	0
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	-19.604	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	3.787.048	0	0
3.01.01	Operações de Crédito	3.386.009	0	0
3.01.02	Resultado de Oper. c/ Titulos e Valores Mobiliários	340.750	0	0
3.01.03	Resultado de Aplicações Compulsórias	59.071	0	0
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	1.218	0	0
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.047.723	0	0
3.02.01	Despesas de Captação no Mercado	-1.558.916	0	0
3.02.02	Despesas de Empréstimos e Repasses	-31.073	0	0
3.02.03	Provisão para Crédito em Liquidação Duvidosa	-457.734	0	0
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	1.739.325	0	0
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-1.356.485	0	0
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	238.291	0	0
3.04.03	Despesas com Pessoal	-838.903	0	0
3.04.03.01	Despesas com Pessoal	-838.903	0	0
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-639.823	0	0
3.04.04.01	Outras Despesas Administrativas	-639.823	0	0
3.04.05	Despesas Tributárias	-129.072	0	0
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-129.072	0	0
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	50.121	0	0
3.04.06.01	Outras Receitas Operacionais	50.121	0	0
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-37.099	0	0
3.04.07.01	Outras Despesas Operacionais	-37.099	0	0
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	382.840	0	0
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-139.173	0	0
3.06.01	Corrente	-229.777	0	0
3.06.01.02	Provisões para Imposto de Renda	-98.855	0	0
3.06.01.03	Provisões para Contribuição Social	-130.922	0	0
3.06.02	Diferido	90.604	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.06.02.02	Ativo Diferido	90.604	0	0
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	243.667	0	0
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	243.667	0	0
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-42.810	0	0
3.10.01	Participações	-42.810	0	0
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	200.857	0	0
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	21,09	0	0
3.99.01	Lucro Básico por Ação	21,09	0	0
3.99.01.01	ON	21,09	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	200.857	0	0
4.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	200.857	0	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	-17.092	0	0
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-17.092	0	0
4.04	Resultado Abrangente do Período	183.765	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	419.302	0	0
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	892.366	0	0
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	382.839	0	0
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	509.527	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-473.064	0	0
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	225.975	0	0
6.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	36.134	0	0
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras / Interdependência	-191.152	0	0
6.01.02.04	Operações de Crédito	-1.598.507	0	0
6.01.02.05	Outros Créditos	-136.200	0	0
6.01.02.06	Outros Valores e Bens	-1.544	0	0
6.01.02.07	Outras Obrigações	-36.566	0	0
6.01.02.08	Depósitos	945.419	0	0
6.01.02.09	Obrigações por Operações Compromissadas	-879.223	0	0
6.01.02.10	Recursos de L. Imobiliárias, Hipotec., Créd. e Similares	1.262.112	0	0
6.01.02.11	Obrigações por repasse no país	-13.796	0	0
6.01.02.12	Obrigações por empréstimos	35.387	0	0
6.01.02.13	Impostos e contribuição social pagos	-121.103	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-137.803	0	0
6.02.04	Aquisição de Imobilizado de Uso	-48.190	0	0
6.02.05	Aplicação no Intangível	-61.277	0	0
6.02.09	Títulos e Valores Moiliários Mantidos até o vencimento	-28.336	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-41.910	0	0
6.03.03	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio Pg ou Prov	-41.910	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	239.589	0	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	220.764	0	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	460.353	0	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.881.601	0	227.191	9	126.875	0	2.235.676
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	323	0	-1.568	0	-1.245
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.881.601	0	227.514	9	125.307	0	2.234.431
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-47.381	0	-47.381
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-5.471	0	-5.471
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-41.910	0	-41.910
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-19.595	0	0	-19.595
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-19.595	0	0	-19.595
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	-19.595	0	0	-19.595
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	153.153	0	-153.153	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	153.153	0	-153.153	0	0
5.07	Saldos Finais	1.881.601	0	380.667	-19.586	-75.227	0	2.167.455

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Justificativa: Justificativa: O Banpará optou pela isenção facultada pelo art 79º da Resolução CMN nº 4.966/21 para instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil.

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Justificativa: Justificativa: O Banpará optou pela isenção facultada pelo art 79º da Resolução CMN nº 4.966/21 para instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil.

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	3.911.786	0	0
7.01.01	Intermediação Financeira	3.787.048	0	0
7.01.02	Prestação de Serviços	238.291	0	0
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-457.734	0	0
7.01.04	Outras	344.181	0	0
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.589.989	0	0
7.02.01	Captação	-1.558.916	0	0
7.02.02	Obrigações por Empréstimo e Repasse	-31.073	0	0
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-597.067	0	0
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-28.911	0	0
7.03.02	Serviços de Terceiros	-508.903	0	0
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-59.253	0	0
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.724.730	0	0
7.05	Retenções	-57.015	0	0
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-57.015	0	0
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.667.715	0	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.667.715	0	0
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.667.715	0	0
7.09.01	Pessoal	766.754	0	0
7.09.01.01	Remuneração Direta	547.223	0	0
7.09.01.02	Benefícios	177.643	0	0
7.09.01.03	F.G.T.S.	41.888	0	0
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	655.110	0	0
7.09.02.01	Federais	641.870	0	0
7.09.02.02	Estaduais	18	0	0
7.09.02.03	Municipais	13.222	0	0
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	44.994	0	0
7.09.03.01	Aluguéis	44.994	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	200.857	0	0
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	41.910	0	0
7.09.04.02	Dividendos	5.471	0	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	153.476	0	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2025





Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sobre o Banpará

O Banco do Estado do Pará S.A. (Banpará) é uma Sociedade de Economia Mista, organizada sob a forma de banco múltiplo, com a missão de criar valor público para o Estado do Pará, como um banco autossustentável, moderno e promotor do desenvolvimento econômico e social sustentável, com foco na satisfação dos clientes e acionistas.

O Banpará está presente em todos os 144 municípios paraenses, dispondo de um portfólio de produtos e serviços financeiros disponíveis aos seus clientes e usuários e participa de diversos programas, projetos e iniciativas da administração pública, oferecendo soluções personalizadas que auxiliam no atendimento às demandas sociais, como agente financeiro oficial do Governo do Estado.

Diretoria



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

Caro leitor,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, referente aos resultados do 4º trimestre de 2025 – 4T2025, elaborado em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Este documento contempla o panorama da nossa estratégia empresarial, posicionamento de mercado, projetos, principais iniciativas e resultados obtidos durante o período.

Nosso relatório está disponível em meio eletrônico no *site* ri.banpara.b.br, na seção de Central de Resultados, onde também podem ser acessados os documentos referentes às demonstrações financeiras, às notas explicativas, bem como parecer dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário.

Boa leitura!





Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Cenário Econômico



CENÁRIO INTERNACIONAL

- O cenário internacional apresentou perspectivas mais otimistas de crescimento no 4T2025. O Fundo Monetário Internacional (FMI), em seu relatório *World Economic Outlook Update* (WEO)¹ de janeiro/2026, reviu a estimativa de crescimento da economia mundial:
 - ☐ PIB Global 2025: de 3,20%(outubro/2025) → 3,30% (janeiro/2026);
 - ☐ PIB Global 2026: foi revisto de 3,10% → 3,30%.
- De acordo com o WEO, para as economias avançadas há uma expectativa de crescimento de 1,70% para 2025 e 1,80% para 2026, enquanto os mercados emergentes e economias em desenvolvimento devem registrar expansão de 4,40% em 2025 e 4,20% em 2026. Já para a Ásia emergente e em desenvolvimento, a projeção de crescimento é de 5,40% em 2025 e 5% em 2026.



CENÁRIO NACIONAL

- Dados das Contas Nacionais do IBGE, divulgados em dezembro/2025, mostram que o PIB brasileiro cresceu 0,10% em relação ao trimestre anterior (série com ajuste sazonal). Em comparação ao 3T2024, o PIB aumentou 1,80% no 3T2025. Destaque para Agropecuária que apresentou crescimento de 10,10%, seguido pela Indústria (1,70%) e Serviços (1,30%).
- O Banco Central (BC), em seu Relatório de Política Monetária de dezembro/2025, publicou a expectativa da projeção de crescimento do PIB de 2,00% para 2,30%. O aumento reflete a revisão nas séries das Contas Nacionais Trimestrais (CNT), que afetou, principalmente, o crescimento da Agropecuária no primeiro semestre. Pela ótica da oferta, a projeção do BC para 2025 quanto ao crescimento da Agropecuária passou de 9,00% para 11,00%, a Indústria passou de 1,00% para 1,60% e o setor de Serviços passou de 1,80% para 1,70%. Sob a ótica da demanda, destaque para as previsões de aumento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF), que passou de 3,30% para 3,80%. Já o Consumo das Famílias recuou de 1,80% para 1,50%, em relação ao Relatório anterior. Para 2026, a expectativa do BC para o crescimento da economia brasileira é de 1,60%.



CENÁRIO REGIONAL

- A Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) revisou, em julho/2025, sua estimativa de crescimento real do PIB paraense:
 - ☐ PIB 2025: de 5,38% (março/2025) → 6,21% (julho/2025);
 - ☐ PIB 2026: a estimativa para o desempenho da atividade econômica paraense apresentou variação de -1,63%, ante 3,57% de julho de 2025.
- Segundo a Fundação, a redução é reflexo do ano atípico de 2025, o qual foi marcado por aumento de investimentos em razão da realização da COP30, o que impulsionou a economia do Estado.
- O Índice de Atividade Econômica Regional do Pará (IBCR-PA) cresceu 0,44% em novembro/2025, na comparação com outubro/2024 (série dessazonalizada).

¹ *World Economic Outlook* – relatório sobre perspectivas econômicas mundiais, divulgado pelo FMI.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados Financeiros

ITENS DE RESULTADO

O Lucro Líquido do 4T2025 alcançou o montante de R\$ 50.753 mil, representando um crescimento de 107,38%, quando comparado ao 3T2025. Isso se deve a mudança na tributação do Lucro Real, que ocorreu em setembro de 2025, e cujos efeitos foram sentidos no 4T2025. Em contrapartida, houve uma redução de 50,29% em relação ao mesmo período de 2024. Tal impacto está relacionado às despesas com Intermediação Financeira, especialmente as despesas de captação e a metodologia para cálculo das Perdas Esperadas trazidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021.

(em R\$ mil)	4T2025	3T2025	V3M	4T2024	V12M
Receitas Totais	1.102.402	1.054.118	4,58%	976.550	12,89%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	449.497	471.721	-4,71%	448.172	0,30%
Resultado Operacional	106.017	109.936	-3,56%	134.644	-21,26%
Margem Financeira	594.623	534.441	11,26%	573.116	3,75%
Lucro Líquido	50.753	24.474	107,38%	102.104	-50,29%
Receita de Serviços	65.799	60.899	8,05%	57.666	14,10%
Despesa com Provisões (PCLD)	145.127	63.163	129,77%	124.944	16,15%
Despesas Administrativas	165.529	170.154	-2,72%	148.334	11,59%
Margem Líquida	4,98%	6,32%	-1,34 p.p	10,25%	-5,27 p.p

ITENS PATRIMONIAIS

O Banpará encerrou o 4T2025 com Ativo Total no montante de R\$ 19.508.379 mil, aumento de 8,59% em relação ao 4T2024. Isso se deve principalmente ao crescimento da carteira de crédito, com ênfase nas operações de crédito consignado, imobiliário e fomento.

(em R\$ mil)	4T2025	3T2025	V3M	4T2024	V12M
Ativos Totais	19.508.379	19.575.514	-0,34%	17.964.377	8,59%
Op. de Crédito (Cart. De Crédito)	14.982.788	15.109.178	-0,84%	14.282.848	4,90%
Aplic. Interfinanceiras de Liquidez	415.165	682.745	-39,19%	391.524	6,04%
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.699.073	1.666.679	1,94%	1.721.615	-1,31%
Captações Totais	16.289.930	16.312.076	-0,14%	14.961.623	8,88%
Patrimônio Líquido	2.242.664	2.221.930	0,93%	2.106.280	6,48%



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(em R\$ mil)	4T2025	3T2025	V3M	4T2024	V12M
Disponibilidades	210.737	260.634	-19,14%	220.764	-4,54%
Aplicações Financeiras	415.165	682.745	-39,19%	391.524	6,04%
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.699.073	1.666.679	1,94%	1.721.615	-1,31%
Relações Interfinanceiras	1.005.759	621.467	61,84%	783.757	28,33%
Operações de Créditos	14.753.157	14.898.190	-0,97%	13.612.384	8,38%
Outros Créditos	1.077.438	1.102.154	-2,24%	941.237	14,47%
Outros Valores e Bens	13.959	14.554	-4,09%	12.415	12,44%
Permanente	333.092	329.091	1,22%	280.681	18,67%
Total	19.523.124	19.575.514	-0,27%	17.964.376	8,68%

ÍNDICE E MEDIDAS DE EFICIÊNCIA

O retorno sobre o patrimônio no 4T2025 foi de 9,10%, apresentando redução de 2,45 p.p e 8,94 p.p em relação ao 3T2025 e 4T2024, respectivamente. Cabe destacar que este indicador vem apresentando redução, provocada pelo recuo do lucro anualizado.

	4T2025	3T2025	V3M	4T2024	V12M
Inadimplência (% da Carteira)	3,17%	2,60%	0,57 p.p.	2,12%	1,05 p.p.
Rentabilidade sobre Ativo Total (ROA)	1,04%	1,33%	-0,29p.p.	2,04%	-1,00 p.p.
Rentabilidade sobre Patrimônio Líquido (ROE)	9,10%	11,55%	-2,45p.p.	18,04%	-8,94 p.p.
Índice de Eficiência	74,38%	74,04%	0,34 p.p.	62,15%	12,23 p.p.
Índice de Provisão	3,81%	3,41%	0,40 p.p.	3,31%	0,50 p.p.
Índice de Cobertura	28,40%	27,65%	0,75 p.p.	33,19%	-4,79 p.p.

DESPESAS

As Despesas com Pessoal permaneceram estáveis em relação ao trimestre anterior, apresentando uma leve redução de 1,98%. No entanto, houve um aumento de 3,14% em comparação com o 4T2024, justificado pelo acordo coletivo do período com reflexos nas subcontas do grupo.

As despesas administrativas totalizaram R\$165.529 mil no 4T2025, representando uma diminuição de 2,72% em relação ao 3T2025 e um aumento de 11,59% em comparação com o mesmo período de 2024. Tal aumento está ligado ao tamanho da instituição e as estratégias de aprimoramento de desempenho, ajustes contratuais e *marketing* que impulsionou as vendas dos produtos de crédito do Banco.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(em R\$ mil)	4T2025	3T2025	V3M	4T2024	V12M
Despesas com Intermediação Financeira	559.081	517.854	7,96%	415.512	34,55%
Despesa com Pessoal	212.293	216.583	-1,98%	205.823	3,14%
Outras Despesas Administrativas	165.529	170.154	-2,72%	148.334	11,59%
Despesas Tributárias	34.742	31.547	10,13%	31.289	11,04%

Captações

(em R\$ mil)	4T2025	3T2025	V3M	4T2024	V12M
Depósitos à Vista	980.092	1.023.305	-4,22%	964.688	1,60%
Depósitos de Poupança	2.145.140	1.989.339	7,83%	2.000.968	7,21%
Depósitos a Prazo	10.000.689	10.636.524	-5,98%	8.907.280	12,28%
Deposito Interfinanceiro - DI	138.958	134.142	3,59%	446.523	-68,88%
Obrigações por Op. Compromissadas	420.727	1.291	32489,39%	1.299.950	-67,64%
Letras Financeiras - LF	1.702.051	1.630.955	4,36%	1.078.680	57,79%
Letra Financeira Subordinada	214.076	205.619	4,11%	-	-
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	688.197	690.900	-0,39%	263.531	161,14%
TOTAL	16.289.930	16.312.075	-0,14%	14.961.620	8,88%

No 4T2025, a carteira institucional do Banpará manteve sua estratégia de alocação prudente, conservadora e aderente às exigibilidades regulatórias, com ajustes pontuais em relação ao 3T2025, sem alterações estruturais relevantes no perfil de risco. As captações de varejo no exercício de 2025 apresentaram uma trajetória de crescimento consistente, registrando expansão no volume total em comparação ao 4T2024. Este desempenho foi impulsionado, majoritariamente, pela otimização do portfólio de produtos, com destaque para a introdução da Letra Financeira (LF) e da Letra de Crédito Imobiliário (LCI).

Observou-se no 4T2025 um crescimento do estoque de LF, em linha com a estratégia de fortalecimento da estrutura de *funding* de médio e longo prazo. O saldo desses instrumentos apresentou elevação de 4,36% em relação ao 3T2025 e de 57,79% na comparação com o 4T2024, evidenciando maior diversificação e alongamento do passivo total.

Ainda no campo das captações, o estoque de LCI manteve-se estável na comparação trimestral (4T2025 versus 3T2025). Na comparação anual, observou-se crescimento expressivo de 161,14%, refletindo a ampliação da base de captação desse instrumento ao longo de 2025.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Do ponto de vista macroeconômico, a manutenção da Taxa Selic no patamar de 15,00 % a.a. atuou como vetor de atratividade para os ativos de renda fixa, permitindo ao Banco manter o custo médio de captação em níveis competitivos.

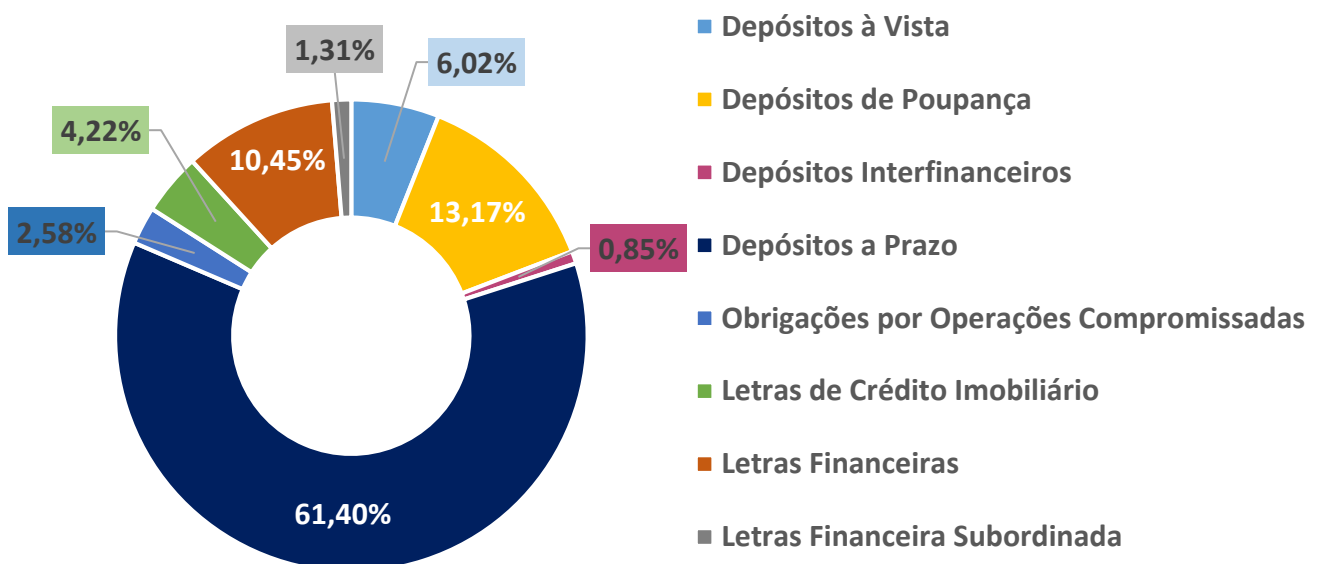
No ano de 2025, a captação de poupança demonstrou resiliência, encerrando o ano com um saldo de R\$ 2,145 bilhões. O 4T2025 foi particularmente positivo, revertendo a leve queda observada no trimestre anterior. O saldo, que encerrou o 3T2025 em R\$ 1,989 bilhão, cresceu para R\$ 2,145 bilhão ao final do 4T2025, representando um aumento de R\$ 155,8 milhões no trimestre.

No campo dos ativos, destaca-se a realização de nova aplicação em Depósito Interfinanceiro Rural (DI Rural), no âmbito da linha PRONAF, no montante de R\$ 30 milhões, efetuada junto ao Sicredi. A operação teve como principal objetivo o cumprimento da exigibilidade de crédito rural, sem impacto sobre o perfil de risco da carteira institucional.

No passivo, destaca-se o crescimento de 4,11% do estoque de Letras Financeiras Subordinadas Nível II (LFSN) no período. Esse instrumento tem como principal finalidade o fortalecimento da estrutura de capital do Banco, contribuindo para a ampliação da folga de capital regulatório e para a manutenção de níveis confortáveis de solvência.

O 4T2025 foi marcado por estabilidade das carteiras institucionais, sem a realização de movimentos relevantes de alocação ou mudanças no perfil de risco. Como evento pontual a ser destacado, houve o recebimento de aproximadamente R\$ 10 milhões, referentes a juros e amortização do investimento do Banco em cotas de fundos de Investimentos, contribuindo positivamente para a geração de caixa e para a liquidez da Tesouraria no período.

Composição das Captações - 4T2025





Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Gestão de Capital

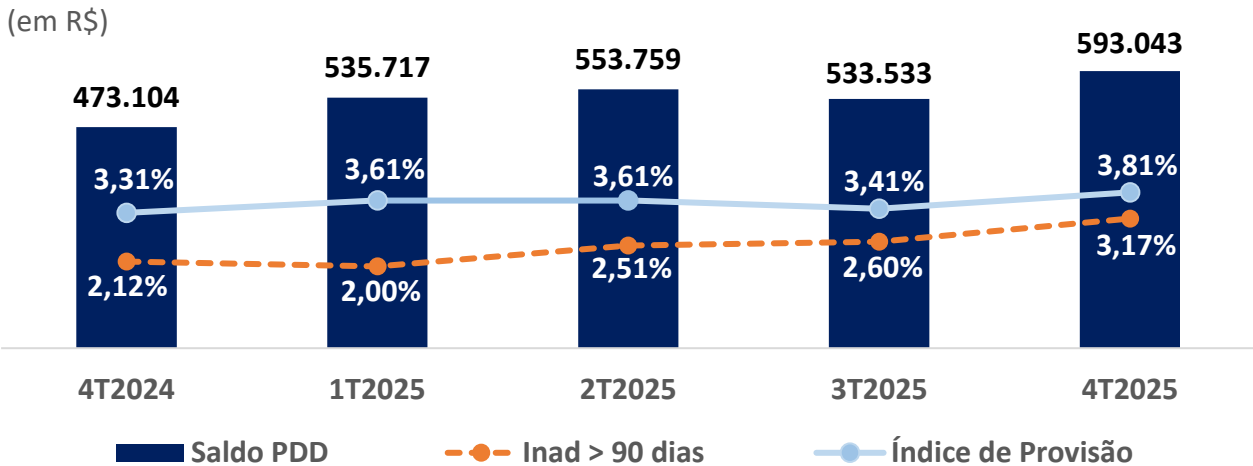
Descrição (em R\$ mil)	4T2025	3T2025	V3M	4T2024	V12M
Patrimônio de Referência – PR	2.254.494	2.223.391	1,40%	1.917.533	17,57%
PR Nível I	2.040.419	2.017.772	1,12%	1.917.533	6,61%
PR Nível II	214.075	205.619	4,11%	-	-
Índice de Basileia - IB (%)	16,66%	16,01%	0,65 p.p.	15,09%	1,57 p.p.
Ativo Ponderado Pelo Risco – RWA	13.534.415	13.883.782	-2,52%	12.710.944	6,48%

Em 31 de dezembro de 2025, o Patrimônio de Referência (PR) encerrou o 4T2025 com R\$ 2.254.494 mil, representando um aumento de 1,40% em relação ao 3T2025 e de 17,57% quando comparado com o 4T2024. Impulsionado pelo resultado líquido de R\$ 200.857 mil em 2025 e pela emissão de Letras Financeiras Subordinadas de Nível II, que acrescentaram R\$ 214.075 ao PR, fortalecendo a estrutura de capital da instituição.

A parcela total de ativos ponderados pelo risco (RWA) totalizou R\$ 13.534.415 mil, correspondendo a uma redução de 2,52% frente ao 3T2025 e de crescimento em 6,48% em relação ao 4T2024. O aumento foi em decorrência do crescimento das parcelas RWACPAD em 7,26% e RWAMPAD em 74,89%, decorrente ao crescimento da parcela RWACAM. Ressalta-se, que após a revisão na apuração da parcela RWAOPAD, nas datas bases julho e novembro de 2025, a exposição da parcela reduziu 37,29% comparado a parcela apurada para 1º semestre de 2025.

O Índice de Basileia (IB) atingiu 16,66%, permanecendo acima do mínimo regulatório exigido e apresentando elevação de 0,65 p.p. e 1,57 p.p. em comparação ao 3T2025 e ao 4T2024, respectivamente.

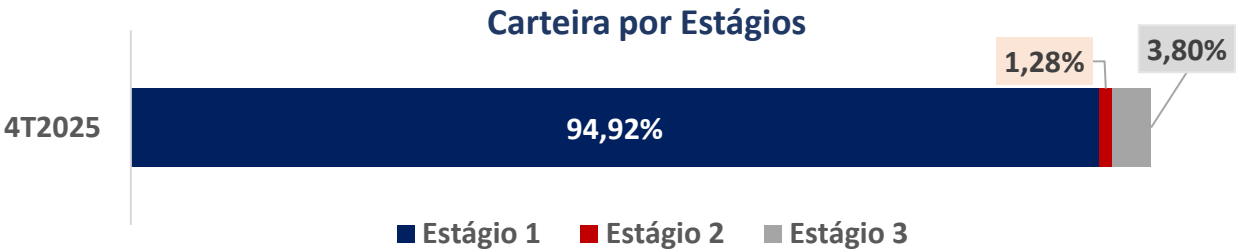
Qualidade da Carteira de Crédito





Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A carteira de crédito do Banco manteve, ao longo de 2025, perfil de qualidade, refletido na elevada participação de operações classificadas nos estágios iniciais de risco. Essa composição evidencia a predominância de exposições com menor risco de crédito, resultado do perfil das carteiras, dos critérios de concessão adotados e do acompanhamento do comportamento dos clientes. Ainda assim, ao longo do exercício, o índice de inadimplência apresentou elevação gradual, com maior intensidade no segundo semestre, encerrando 2025 em 3,17%, sem alterar de forma relevante a estrutura de risco da carteira, que permaneceu concentrada no Estágio 1, sendo esse movimento acompanhado pela constituição de provisões em conformidade com o modelo de perdas esperadas e as diretrizes prudenciais vigentes.



Carteira de Crédito

Saldo (em R\$ mil)	4T2025	3T2025	V3M	4T2024	V12M
Pessoa Física	14.638.998	14.771.996	-0,90%	13.630.866	7,40%
Consignados	11.171.524	11.168.317	0,03%	10.581.090	5,58%
Banparacard	1.212.125	1.241.440	-2,36%	1.213.546	-0,12%
Cheque Especial	17.921	13.711	30,71%	5.251	241,29%
Cartão de Crédito	241.558	224.468	7,61%	180.681	33,69%
Sazonais	4.350	191.244	-97,73%	2.992	45,36%
Imobiliário	1.264.845	1.240.281	1,98%	1.039.701	21,65%
Rural	110.246	-	-	-	-
Financiamento	82.683	-	-	-	-
Outros	533.746	692.535	-22,93%	607.605	-12,16%
Pessoa Jurídica	936.831	870.717	7,59%	651.982	43,69%
Cheque Empresarial	3.156	3.694	-14,56%	2.692	17,24%
Capital de giro	445.887	412.885	7,99%	318.925	39,81%
Imobiliário	202.905	194.108	4,53%	141.833	43,06%
Financiamento	167.876	-	-	-	-
Câmbio	83.998	71.159	18,04%	-	-
Rural	19.441	-	-	-	-
Outros	13.568	188.871	-92,82%	188.532	-92,80%
Total	15.575.829	15.642.713	-0,43%	14.282.848	9,05%



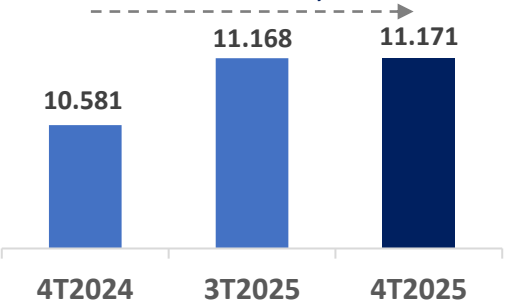
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PESSOA FÍSICA

Dentre os produtos ofertados para os clientes Pessoa Física, destaca-se o Crédito Consignado, que se manteve estável no 4T2025, com saldo bruto de R\$ 11,17 bilhões e incremento de R\$ 3,20 milhões em relação ao 3T2025. No mesmo período do ano passado, o saldo era de R\$ 10,58 bilhões, representando crescimento de 5,58% em relação ao 4T2024. A partir de 2025, houve a liberação do 3º consignado para as linhas SEPLAD (Estadual) e Funcionário Banpará.

O perfil da carteira de crédito consignado é composto, principalmente, pelo consignado do setor público, este representando 99,84%, enquanto o consignado destinado ao setor privado representa 0,16% da carteira. No tocante ao consignado público, as linhas de crédito SEPLAD e IGPPS, que ofertam consignado aos servidores públicos estaduais e beneficiários do órgão estadual, possuem a maior concentração de saldo, representando 83,88% do total da carteira.

Saldo - Crédito Consignado
(em R\$ milhões)



Em relação ao produto Banparacard, observou-se uma variação positiva na receita da carteira que gerou o incremento de R\$ 110 mil no comparativo ao trimestre anterior. O resultado consolida pelo segundo trimestre consecutivo o comportamento de aumento na receita total.

Tiveram início em 2025 as linhas de portabilidade da carteira Banparacard para clientes com conta corrente que aderiram à portabilidade com o crédito salarial lançado originalmente em outra instituição financeira. As linhas possuem parâmetros e regras pré-definidas e estão disponíveis para funcionários de empresa privada e órgãos públicos da esfera municipal, estadual e federal.

Um destaque a ser pontuado em relação ao Banparacard, é a quantidade de novos contratos. O 4T2025 apresentou um incremento de R\$ 5,89 milhões (3%) em relação ao 4T2024, pois a quantidade em 2025, foi maior em mais de 19.900 novos contratos quando comparado com os números do ano anterior. No que diz respeito as adesões realizadas no 4T2025, os números mostram um aumento de 3.852 novas adesões, que representaram o incremento de R\$ 30,38 milhões (72,1%).

Volume Novos Contratos Banparacard

(em R\$ milhões)



Com relação aos outros produtos da carteira PF, o Cheque Especial apresentou um excelente desempenho comercial, com crescimento gradativo ao longo do 4T2025. Quando comparado ao 3T2025, houve um aumento de **35,58%** em volume de contratos. No que tange ao saldo e a receita no 4T2025, a variação foi positiva. Acompanhando o movimento do saldo, houve um aumento de



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

30% em comparação com o 3T2025. Já na receita da carteira houve um incremento de **39,93%** em comparação ao 3T2025.

PESSOA JURÍDICA

Ao longo de 2025, o Banpará ofertou na carteira Pessoa Jurídica linhas com perfil rotativo ou parcelado, que foram disponibilizadas com o objetivo de reforçar o fluxo de caixa das empresas, atendendo a necessidades de curto, médio e longo prazo. Além, da finalidade de expansão dos negócios e outras necessidades.



O produto Capital de Giro FAMPE (CREDCOP SEBRAE BANPARÁ) destacou-se no 4T2025. O saldo do produto atingiu o valor de R\$ 126,48 milhões, representando um aumento de 22,60% em relação ao trimestre anterior, que encerrou o período com o saldo de R\$ 103,16 milhões. Essas operações, amparadas pelo Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE), em parceria com o SEBRAE, têm como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social de microempreendedores e empresas de pequeno porte, por meio de condições de crédito mais atrativas, incluindo taxas de juros reduzidas e mecanismos diferenciados de concessão voltados ao empreendedorismo feminino.

CRÉDITO IMOBILIÁRIO



Ao final de 2025, o Crédito Imobiliário alcançou um saldo acumulado de R\$ 1,46 bilhão, representando um crescimento de 24% em relação ao ano anterior e 2% em relação ao 3T2025. Somente no 4T2025, o volume contratado em crédito imobiliário foi de R\$ 33,77 milhões. Em relação ao 3T2025, houve um incremento de 35% na receita. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, a Receita Total da carteira cresceu 46%, alcançando 143,52 milhões ao final do período.

Produtos comercializados no 4T2025:

- **Financiamento para Aquisição de Imóveis Residenciais**
- **Portabilidade de Financiamento de Imóvel Residencial Pessoa Física**
- **Financiamento para Construção Residencial em Terreno Próprio**
- **Home Equity – Empréstimo com Garantia de Imóvel Residencial PF**





Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

• Crédito Associativo Banpará – PF e PJ

• Plano Empresário

Por meio dos produtos de crédito imobiliário destinados à Pessoa Jurídica o Banco contribui para a promoção da sustentabilidade e do desenvolvimento social, pois os financiamentos para a construção de empreendimentos são concedidos somente a operações que atendam a critérios socioambientais, atendimento de exigências de licenças, certificações específicas, dentre outros. Além disso, os projetos financiados pelo Banpará geram empregos e impulsionam o desenvolvimento urbano sustentável, com desenvolvimento social e econômico do Estado do Pará.

CRÉDITO DE FOMENTO

Com forte atuação em diversas frentes, o Banco operou linhas de crédito adaptadas às realidades regionais, com foco em sustentabilidade, inovação e fortalecimento das cadeias produtivas, como: Energia Solar (PF/PJ), Microcrédito Urbano, Veículos Sustentáveis, Fungetur e Crédito Rural.

A primeira operação da linha de **financiamento de veículos** foi realizada em outubro de 2025, com ticket médio aproximado de R\$ 130 mil por operação. A linha possui abrangência diversificada, atendendo desde funcionários do Banco até profissionais autônomos, tendo como garantia o próprio veículo financiado.



Adicionalmente, o produto apresenta relevante potencial de geração de receitas acessórias, ao fomentar a abertura e o aprofundamento do relacionamento com concessionárias, criando oportunidades para a expansão do portfólio de negócios e o fortalecimento do ecossistema comercial do Banco.

FUNGETUR E COP30

Os financiamentos viabilizados através das linhas Fungetur Capital de Giro e Projeto de Investimento representaram uma importante ferramenta estratégica para a preparação e realização da COP30 e, consequentemente, para o fortalecimento do turismo no Estado do Pará. Com condições financeiras diferenciadas, taxas atrativas e prazos ampliados, o Fungetur viabilizou investimentos essenciais para as empresas do setor turístico.

Com o apoio ao evento, os financiamentos deixaram um importante legado para o Estado, estimulando a geração de empregos, renda e desenvolvimento econômico regional, além de fortalecer a sustentabilidade e a competitividade dos empreendimentos locais. Destacaram-se os seguintes impactos:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Ampliação da rede hoteleira de Belém e Região metropolitana, contribuindo de forma significativa para o atendimento das demandas relacionadas à realização da COP30;
- Maior atenção aos critérios socioambientais na análise das operações, em alinhamento às diretrizes climáticas e de desenvolvimento sustentável;
- Ampliação da atuação institucional em iniciativas relacionadas à bioeconomia, sustentabilidade e desenvolvimento regional; e
- Fortalecimento da imagem institucional do Banco como agente de fomento ao desenvolvimento regional.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As linhas de crédito de fomento operacionalizadas ao longo de 2025 alcançaram excelentes resultados:

Microcrédito Urbano*	• 8.942 Operações efetivadas em 2025. • R\$ 105,16 milhões de saldo acumulado em 2025.
Energia Solar (PF e PJ)	• 1.056 Operações efetivadas em 2025. • R\$ 84,13 milhões de saldo acumulado em 2025.
Microcrédito Banpará-Bio	• 1.056 Operações efetivadas em 2025. • R\$ 84,13 milhões de saldo acumulado em 2025.
Fungetur	• + de 370 acomodações e 1.150 leitos entregues à rede hoteleira de Belém e região metropolitana.
Veículos Sustentáveis	• Lançamento e efetivação de 9 operações. • R\$ 1,08 milhão de saldo acumulado em 2025.

* Estão contemplados na categoria Microcrédito Urbano os seguintes produtos: Banpará Comunidade. Banpará Comunidade Mototaxista, Banpará Comunidade Taxista, Empodera, CredTurismo / CredTemporada, Qualifica Pará e Jovem Empreendedor.

Rede de Atendimento

144 Municípios atendidos

164 Agências

35 Postos de Atendimento

03 CAV's

38 PAE's





Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2025, o Banco inaugurou uma agência e um espaço de negócios:

- **Agência Marambaia** – A 164ª agência do Banpará. A unidade visa fortalecer a economia local, oferecendo serviços bancários e linhas de crédito.
- **Espaço Banpará COP 30** – O espaço foi criado para oferecer soluções financeiras sustentáveis, alinhadas aos objetivos da COP 30, que foi realizada em Belém, em novembro de 2025.

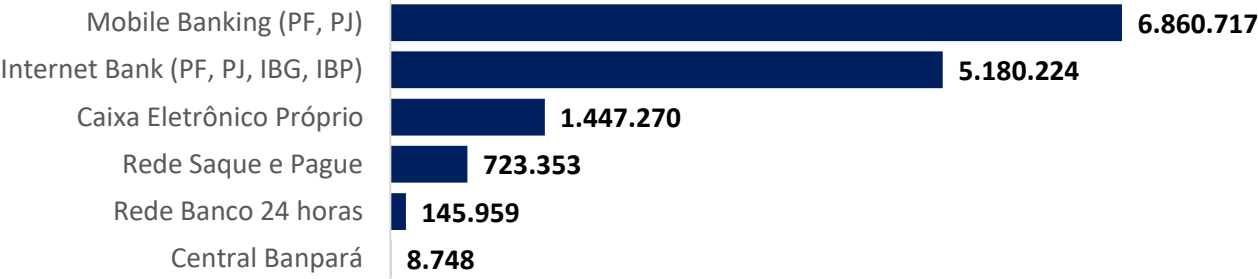


As iniciativas do Banpará para aprimorar continuamente a experiência do atendimento aos clientes são formuladas em estratégias focadas no desenvolvimento de pessoas, tecnologia e na realidade territorial do Estado do Pará, sendo destacada a **adoção de estratégias direcionadas e segmentadas**, alinhadas ao perfil de consumo de cada cliente, com o objetivo de gerar valor, respeitando suas preferências, necessidades e expectativas.

Canais Eletrônicos

Os Canais Eletrônicos do Banpará mantiveram sua trajetória de expansão e modernização ao longo do ano, alcançando, ao final de 2025, o volume financeiro transacionado de R\$ 50 bilhões. Na comparação do 4T2025 (14,36 bi) com o 3T2025 (11,77 bi), observou-se um aumento de 22%.

Volume Financeiro (em R\$ mil)



No 4T2025, as transações de pagamento dos principais Canais Digitais (aplicativo pessoa física e *internet banking* PJ) se comportaram da seguinte forma: no aplicativo pessoa física, o PIX foi a principal transação tanto no quantitativo de operações, representando 98,74% quando comparado a outros meios de pagamento, quanto no volume financeiro, que representou 94,14% do valor transacionado. Para o público pessoa jurídica (PJ), quando se trata do volume financeiro (24,15%), ele perde para a TED (64,74%), em razão dos limites diários de transferência PIX, que são inferiores aos de TED, além da incidência de tarifas para o PIX PJ.

Outro relevante impacto do uso do PIX no Banpará foi a redução de movimentação de dinheiro em espécie. No 4T2025, o número de saques nos caixas eletrônicos próprios e das Redes Parceiras (Banco24Horas e Rede Saque e Pague) reduziu 35,42% se comparado ao mesmo período de 2024. O



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

que traz uma redução de custos significativa, relacionada ao abastecimento das unidades e das Redes Parceiras, transporte de numerário e tarifas de saque em outras Instituições.

Ao final do 4T2025, foram iniciados os testes com clientes para o fluxo de renegociação de dívidas, por meio dos canais eletrônicos. Os testes foram realizados com sucesso e a ferramenta segue em fase final de ajustes para expansão e publicação para toda a base de clientes.

No 4T2025, foram implementadas algumas funcionalidades nos Canais Eletrônicos do Banpará, como:

- **Pix Automático no Mobile Banking PF**, que facilitou pagamentos recorrentes, sem a necessidade de autenticação manual a cada vencimento;
- **Inserção de consulta, habilitação e desabilitação de dispositivos nos terminais da Rede Banco 24 Horas**, permitindo que os clientes localizados dentro e fora do Estado realizem o procedimento de forma segura; e
- **Evoluções nos módulos de *WhatsApp***, houve a efetiva expansão do canal para o fornecimento de informações.

Assistente Virtual (IVI) e Atendimento ao Cliente

No 4T2025, a Assistente Virtual (IVI) realizou 53.663 atendimentos, representando um crescimento aproximado de 29% em relação ao 3T2025, que contabilizou 41.584 atendimentos. Esse aumento evidencia a consolidação da IVI como um canal relevante de relacionamento com os clientes, reforçando a estratégia de digitalização do atendimento do Banpará e a preferência crescente por soluções automatizadas, ágeis e disponíveis 24 horas.



Como reflexo direto desse movimento de migração para os canais digitais, o SAC registrou 11.527 atendimentos no 4T2025, apresentando uma redução de 12% em comparação ao 3T2025, quando foram contabilizados 13.088² atendimentos. Essa queda confirma a diminuição gradual da demanda pelos canais tradicionais, contribuindo para a redução da sobrecarga do SAC convencional e permitindo maior foco em atendimentos de maior complexidade.

Com o redirecionamento da força de trabalho da equipe de atendentes, o Banco obteve maior aderência nos indicadores dos padrões de qualidade indicados pela FEBRABAN.

O maior emprego da força de trabalho no acompanhamento de demandas fez com que fosse registrado o recorde histórico do canal de apenas 13 reclamações abertas, em determinado período do 4T2025. Tais números demonstram a efetividade dos esforços empregados pela equipe do SAC. Como consequência, percebe-se a elevação da qualidade do serviço prestado, reduzindo a frustração dos clientes e aumentando a percepção de eficiência e resolutividade no contato com o Banco.

² Em função de ajustes de parâmetros, o número diverge do divulgado nas informações trimestrais do 3T2025.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Parcerias

No 4T2025, destaca-se a parceria com a Nossa Gente Card, que viabilizou o lançamento do Cartão Benefício Consignado. A solução ampliou o acesso ao crédito com taxas competitivas, previsibilidade no pagamento e maior controle financeiro para os clientes, além de impulsionar a oferta de produtos consignados do Banco.

CARTÃO BENEFÍCIO CONSIGNADO

A principal parceria a ser destacada no período foi a que viabilizou o lançamento do Cartão Benefício Consignado no 4T2025, considerado um marco estratégico para o Banco. Desde o início do trimestre, o produto apresentou forte tração, com 1.700 adesões, R\$ 14,9 milhões em volume contratado e cerca de R\$ 614,8 mil em receita líquida.

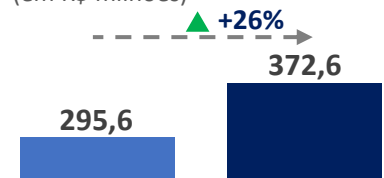
O produto ampliou a oferta de soluções consignadas do Banco, trazendo como diferenciais o desconto direto em folha, maior previsibilidade financeira e simplificação do acesso ao crédito.

CONSÓRCIOS

A carteira de consórcios manteve trajetória de crescimento de comissão ao longo do 4T2025, consolidando-se como um dos principais vetores de expansão. O desempenho positivo de comissão reflete em melhores resultados superiores aos trimestres anteriores.

Comissão Bruta

(em R\$ milhões)



SEGUROS E CAPITALIZAÇÃO

A carteira de seguros apresentou crescimento no 4T2025 em relação ao 3T2025, e manteve um nível elevado de produção e representatividade no portfólio. O faturamento em 2025 foi de R\$ 58,8 milhões, ante R\$ 50,4 milhões no ano de 2024, enquanto a comissão bruta passou de R\$ 19,7 milhões em 2024 para R\$ 20,8 milhões em 2025 refletindo uma variação positiva de 5,4%. O resultado do trimestre confirma a consistência da carteira, com destaque para o Seguro Prestamista Consignado, que continua sendo o principal produto em volume de vendas e geração de receita para o Banco.

BANPARAPAY

Um marco bastante relevante foi a presença do Banpará na COP30, com as maquininhas Banparapay, reforçando o posicionamento institucional, ampliando a visibilidade da marca e abrindo oportunidades de novos negócios e parcerias em um evento de alcance nacional e internacional.

No 4T2025, o Banparapay apresentou faturamento acumulado de **R\$ 183,5 milhões**, representando um incremento de **43,6%** sobre o 3T2025 (R\$ 127,8 milhões).





Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

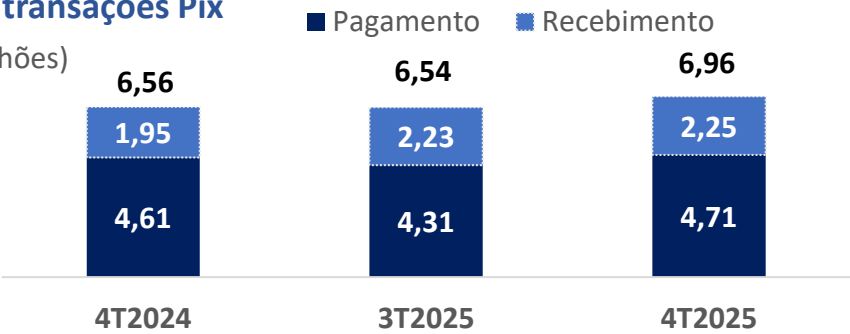
Meios de Pagamento

PIX

No 4T2025, o Pix transacionou o volume financeiro de R\$ 6,96 bilhões, representando crescimento de 6,10% em relação ao 4T2024 e aumento de 6,42% em relação ao 3T2025.

Valor de transações Pix

(em R\$ bilhões)



O principal indicador de nível de serviço do Pix é expresso pelo Índice Geral de ANS Trimestral (IGA trimestral), e seu valor de referência mínimo a ser atingido pelo Banpará é de 80,00%, o qual tem sido superado consistentemente. No 4T2025, o IGA alcançou o valor de 89,66%.

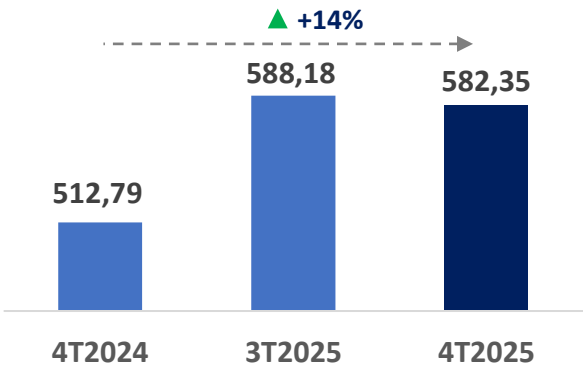
	1T2025	2T2025	3T2025	4T2025
IGA Trimestral	92,14%	89,85%	91,37%	89,66%

TARIFAS PIX

O Pix contribuiu para a receita do Banco por meio das tarifas de pagamentos realizadas pelos clientes PJ. No 4T2025, essa receita totalizou R\$ 582,35 mil, representando crescimento de 14% em relação ao mesmo período de 2024 e decréscimo de 1% em relação ao 3T2025, em virtude da limitação de valor máximo da transação Pix em R\$ 15.000,00 por determinação do Banco Central do Brasil, que resultou na redução do volume de transações realizadas.

Valores de Tarifas PIX PJ

(em R\$ milhares)



OPEN FINANCE

Quanto ao principal indicador de nível de serviço do *Open Finance*, ele é obtido pela quantidade de consentimentos ativos transacionados pelas APIs (*Interface* de Programação de Aplicações) de Iniciação de Pagamento do Banpará, onde houve uma diminuição de 61% no 4T2025 (30) com relação ao 3T2025 (76) e um aumento de 20% quando comparado ao mesmo período do ano de 2024.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CARTÕES

Em relação a carteira de cartões, a margem de contribuição no 4T2025 foi de R\$ 28,74 milhões, o que corresponde a um crescimento de 25,65% em relação ao 3T2025 (R\$22,87milhões) e de 39,04% quando comparado ao 4T2024(R\$20,67milhões).

No que concerne a carteira de crédito, a Carteira de Cartões registrou receita de R\$ 19,40 milhões no 4T2025, representando crescimento de 36,81% em relação ao 3T2025 e de 55,68% frente ao mesmo período de 2024. O desempenho reforça a relevância do portfólio de cartões na geração de receitas de serviços.

Serviços

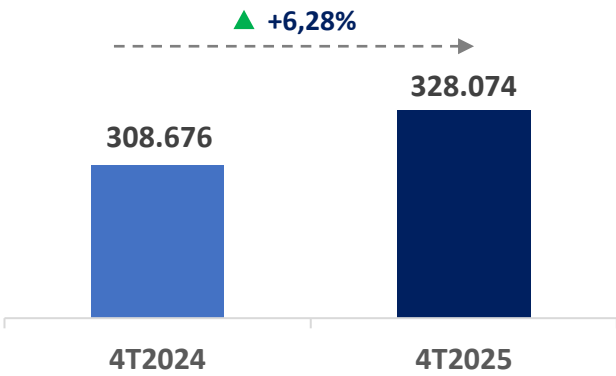
PACOTES DE SERVIÇOS – PF E PJ

No acumulado de 2025, a base de clientes Pessoa Física e Pessoa Jurídica (PF/PJ) com pacotes de serviços, apresentou variação positiva em relação a 2024.

O índice de alcance dos pacotes no segmento PF passou de 89,22% em 2024 para 89,83% em 2025. Já no segmento PJ, o índice de alcance evoluiu de 69,71% para 80,01% no mesmo período.

Como reflexo desse movimento, a receita dos pacotes de serviços apresentou crescimento de R\$ 11,09 milhões (+8,6%), passando de R\$129,07 milhões, em 2024, para R\$ 140,16 milhões, em 2025.

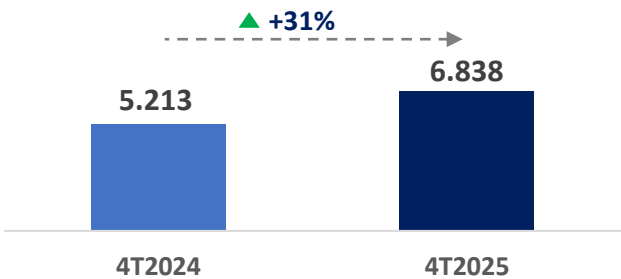
Clientes com Pacote



PORTABILIDADE SALARIAL - VINDA

No comparativo entre o 4T2024 e o 4T2025, verificou-se variação positiva de 31% no número de portabilidades salariais de vinda ao Banpará, o que representou incremento financeiro de R\$ 5,18 milhões.

Volume de Clientes Portabilidade



CONTA CORRENTE – PF E PJ

A evolução da quantidade de contas correntes ativas apresentou um crescimento de 4%, considerando as contas PF/PJ com movimentações nos últimos seis meses, se comparado o 4T2024 (363.752) e o 4T2025 (377.472). Em comparação ao 3T2025 (375.045), houve um incremento de 2.427 contas correntes, totalizando 377.472 ao final do período.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O indicador apresentou variação positiva em ambos os períodos de análise, evidenciando crescimento consistente na média do Valor Sujeito a Recolhimento (VSR) referente ao compulsório DAV. No comparativo trimestral (outubro a dezembro de 2025), registrou-se elevação de 19%, enquanto a variação em doze meses (dezembro de 2024 a dezembro de 2025) apontou incremento de 40,7%.

Projetos

Diversos projetos foram entregues pelo Banpará ao longo de 2025, como: Concessão de Empréstimo – Portabilidade de Salário (Banparacard Portabilidade de Salário), Seguro Prestamista PJ, Letra Financeira, Saque de Moeda Estrangeira e Seguro Capital Global.

Somente no 4T2025, foram disponibilizados: **Pix Automático PF, Financiamento de Veículos Sustentáveis – PF, Financiamento de Veículos para Taxistas e Motoristas de Aplicativo, Campanha Poupança Premiada, Cartão Benefício Consignado e Novas Regras – Meus Limites PF (Contatos Confiáveis).**

Atualmente, o Banco possui projetos estratégicos em andamento, que reforçam o compromisso com a inovação, a modernização dos processos e a ampliação do portfólio de soluções disponibilizadas aos seus clientes. Destacam-se:



Crédito Trabalhador: modalidade de crédito consignado destinada a trabalhadores com carteira assinada (regime CLT), na qual as parcelas do empréstimo são descontadas diretamente do salário do trabalhador.



Assinatura Eletrônica e Digital nas Agências: iniciativa estratégica voltada à modernização dos processos de assinatura dos clientes nas agências.



Cartão PJ: projeto direcionado ao fortalecimento do atendimento ao público empresarial.

Ainda, com base nos projetos em andamento, o Banpará atua com projetos relacionados a três perspectivas:

- **Finanças** (CDB Mais Gov, CDB Escalonado e Financiamento de Terreno e Construção);
- **Mercado, Imagem e Clientes** (Cartão Pré-Pago PJ, Cartão PJ e Pix Recorrente); e
- **Gestão e Tecnologia** (Open Finance, Mecanismo Especial de Devolução e Solução Antifraude).

Estratégia Corporativa

No âmbito do ciclo estratégico quinquenal em vigor (2025–2029), o 4T2025 assinala o encerramento do primeiro ano desse período. Ressalta-se, nesse contexto, o comprometimento institucional direcionado ao efetivo monitoramento das ações estratégicas, das quais 78,26% foram iniciadas ao longo de 2025 e 4,35% alcançaram conclusão e 17,39% estão a iniciar. O acompanhamento dessas



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Iniciativas foi conduzido em estrita conformidade com as práticas de governança adotadas pela organização.

De maneira articulada, procedeu-se ao monitoramento dos indicadores estratégicos, cujo conjunto tem por finalidade evidenciar, de forma objetiva, o grau de aderência e o nível de avanço em direção aos objetivos institucionais pactuados.

Considerando o caráter plurianual das ações previstas, estima-se que seus impactos mais expressivos se consolidem gradualmente ao longo do tempo, em consonância com as premissas delineadas no Planejamento Estratégico, o qual projeta a evolução progressiva dos indicadores de desempenho como reflexo direto da efetiva implementação do Plano de Ações.

Assim, as principais Estratégias Corporativas do Banco no ano de 2025 foram:

- ✓ Desenvolvimento de ações voltadas para expandir a tecnologia do Banco, ampliando os serviços e produtos ofertados no meio digital e desenvolvendo novo modelos de negócio digital;
- ✓ Incentivo ao financiamento de produtos verdes;
- ✓ Desenvolvimento de ações que visam incentivo da diversidade nas lideranças;
- ✓ Tratativas para tornar o Banco ecologicamente mais sustentável, com energia limpa através da energia solar.

ASG



O Banpará possui o Plano de Comunicação de riscos e responsabilidade socioambiental, instrumento de gestão que traz diretrizes para a comunicação interna e externa das questões **ASG (Ambientais, Sociais e de Governança)**, a fim de proporcionar aculturação, interação e conhecimento, atrelado aos princípios e diretrizes contidos na PRSAC.

Neste contexto, o Banpará trabalhou em prol da COP30 realizada em Belém, com divulgações de informativos sobre o tema e participação do Banco como agente público de transformação social e ambiental, por meio de estandes, painéis e lançamentos que reforçam o protagonismo do Pará na agenda climática global.

- Banpará aderiu, no 4T2025, à Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, tornando-se o primeiro banco estadual amazônico a integrar os Princípios para a Responsabilidade Bancária (PRB) e a Iniciativa IFACC.
- Com essa iniciativa, o Banco alinha sua estratégia aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e às metas do Acordo de Paris, reafirmando seu compromisso com as finanças sustentáveis, o crédito responsável e o desenvolvimento de linhas voltadas à produção de baixo carbono.
- A nova linha de financiamento, via Governo do Pará e Banpará, para **aquisição de veículos sustentáveis**, ampliando o acesso à **mobilidade limpa**, incentivando **fontes renováveis** e





Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Início da pesquisa da **matriz de materialidade**, destinada a identificar os temas mais relevantes para os *stakeholders*, conforme a **Norma GRI**, considerando impactos significativos na economia, no meio ambiente e nos direitos humanos.

- O Banpará manteve iniciativas voltadas à saúde dos seus colaboradores, como o programa **Mais Saúde**, o **Abono Atividade Física** e **Terapias Holísticas**, promovendo bem-estar físico e emocional.
- Continuidade das parcerias do Banco com instituições de caráter social e filantrópico, reforçando o comprometimento com questões socioambientais.
- O Banpará integra o Pacto Interinstitucional Pró-equidade Racial do Estado do Pará, promovendo ações de diversidade, equidade e inclusão, como palestras sobre Letramento Racial para todos os colaboradores e participação em reuniões externas com órgãos envolvidos.



- O Banco publicou o Relatório de Sustentabilidade relativo ao ano de 2024, em todos os canais de Comunicação do Banpará e junto à CVM, considerando o requisito da divulgação anual conforme a Lei nº 13.303/2016.
- Monitoramento contínuo dos indicadores de riscos operacionais, risco de TIC e fraudes externas, com reporte das fragilidades e ações de mitigação à Alta Administração, apoiando a tomada de decisão.
- A área de risco operacional analisou documentos de identificação enviados pelas agências em casos de saques elevados ou suspeita de fraude e, quando identificou documentos falsos, enviou alertas às unidades para reforçar a prevenção contra fraude documental.
- O Banpará manteve o monitoramento de cheques e notificou as unidades sobre documentos suspeitos, resultando em zero registros de fraude com cheques no período.



Governança Corporativa

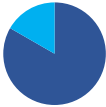
A Governança Corporativa do Banpará adota uma estrutura fundamentada em princípios de transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade corporativa e sustentabilidade. As principais atribuições da nossa governança englobam a formulação e acompanhamento da estratégia institucional, a gestão integrada de riscos e controles internos, a promoção da ética e integridade em todos os níveis, e a garantia de um relacionamento transparente e equitativo com todos os públicos de interesse. Essa estrutura permite assegurar a transparência em todas as operações, por meio de políticas claras, divulgação de informações relevantes e mecanismos de controle eficazes. O alinhamento com as melhores práticas é garantido pela constante revisão e atualização dos processos e políticas, buscando sempre a conformidade com as regulamentações vigentes e as expectativas dos *stakeholders*.

A estrutura organizacional do Banpará é composta por:

- Um Conselho de Administração, eleito e destituível pela Assembleia Geral;
- Uma Diretoria Colegiada, eleita e destituível pelo Conselho de Administração.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2025, o Banpara reforçou a sua atuação em favor da diversidade, elegendo uma mulher para assumir o cargo de Diretora de Tecnologia, e assim, alcançou à composição de 33,3% da Diretoria Colegiada por mulheres. Com a atual composição, este índice aumentou para 40%.

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
7 membros	5 membros	3 membros efetivos
28,57% independentes	40% mulheres	1 membro suplente
42,85% mulheres		
Diversidade:	Diversidade:	Diversidade:
  4 masculinos 3 femininos	  3 masculinos 2 femininos	  3 masculinos 1 Feminino
 14,3% de 30 a 60 anos 85,7% > de 60 anos	 80% de 30 a 60 anos 20% > de 60 anos	 50% de 30 a 60 anos 50% > de 60 anos
2 pardos 5 brancos	4 pardos 1 brancos	1 pardo 3 brancos

Adicionalmente, a Companhia conta com quatro Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração:

Comitê de Auditoria	Comitê de Remuneração	Comitê de Elegibilidade	Comitê de Riscos
3 membros	2 membros*	3 membros	3 membros
Diversidade:	Diversidade:	Diversidade:	Diversidade:
  1 masculino 2 femininos	  1 masculino 1 feminino	  1masculino 2 femininos	 3 masculinos
 33,3% de 30 a 60 anos 66,7% > de 60 anos	 100% de 30 a 60 anos	 100% de 30 a 60 anos	 33,3% de 30 a 60 anos 66,7% > de 60 anos
2 pardos 1 branco	1 branco 1 preto	3 pardos	1 amarelo 2 brancos

*Após renúncia ocorrida em fevereiro de 2026. A recomposição do comitê ocorrerá o mais breve possível.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Reconhecimento

O Banpará se destacou na edição 2025 do **Ranking Valor** – que lista os 100 maiores bancos do Brasil. A Instituição conquistou a 51ª posição na lista geral e a 31ª entre as instituições brasileiras, tal fato reflete o compromisso do Banpará com a digitalização de serviços, a expansão de atendimento e o fortalecimento da governança corporativa, fatores que contribuíram para sua avaliação positiva no ranking setorial da área financeira.



O Banpará recebeu ainda, reconhecimentos importantes do setor, como o **Selo de Conformidade da Autorregulação FEBRABAN de Prevenção a Ilícitos** e o **Selo de Responsabilidade Socioambiental**, reafirmando seu compromisso com integridade, sustentabilidade e as melhores práticas de governança.

Relação com Investidores

O Banpará conta com uma área de Relações com Investidores (RI) responsável por assegurar a transparência e a credibilidade institucional por meio da divulgação clara e tempestiva de informações financeiras e operacionais. A atuação do setor reforça o relacionamento com investidores, acionistas e o mercado, contribuindo para o fortalecimento da imagem institucional e para o desenvolvimento sustentável do Banco.

A atuação do setor de RI consolida-se como um dos pilares da governança corporativa, fortalecendo a confiança dos *stakeholders* e contribuindo para um ambiente de negócios mais estável e atrativo.

Como parte desse compromisso, o Banco mantém um *site* dedicado ao relacionamento com investidores e ao mercado em geral, disponível no endereço: <https://ri.banpara.b.br/>.

Ratings

AGÊNCIA	DATA	ESCALA	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO	PERSPECTIVA
Moody's	Jul/25	Local	AA-.br	ML A-1.br	Estável
	Jul/25	Global	Ba2	NP	Estável
STANDARD & POOR'S	Nov/25	Local	BrAA+	BrA-1+	Estável
	Set/25	Global	BB-	B	Estável



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Composição Acionária

O Capital Social do Banpará, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, todas domiciliadas no país e com direito ao voto, representadas pelo código BPAR3.

ACIONISTAS	QTDE.	%
Governo do Estado do Pará	9.519.433	99,9767%
ICATU Vanguarda CAFBEP PRE MUL FDO INV	755	0,0079%
Administradores	17	0,0002%
Demais Acionistas	1.444	0,0152%
TOTAL	9.521.649	100%

Remuneração aos Acionistas

Em 2025, o Banpará reafirmou seu compromisso com os acionistas ao efetuar o pagamento de R\$ 41,9 milhões em Juros sobre Capital Próprio (JSCP), referentes ao resultado do 1º trimestre de 2025 – 1T2025. O valor, equivalente a R\$ 4,4015, foi o maior montante pago por ação pelos bancos pares que realizaram a distribuição de JSCP referente ao 1T2025.



Controles Internos e Compliance

Durante o exercício de 2025, com destaque para o 4T2025, o Banco implementou inovações significativas na gestão de controles internos, reforçando a governança corporativa, a aderência regulatória e a maturidade dos processos de gestão de riscos. Destacando-se:

- **Atualização da Política Institucional de Controles Internos;**
- **Desenvolvimento e implementação da Metodologia Integrada de Controles Internos;**
- **Atualização da Política Institucional de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo; e**
- **Revisão da Política de Compliance.**

INVESTIMENTOS EM CULTURA DE CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE

Em 2025, o Banpará promoveu investimentos estratégicos voltados ao fortalecimento da cultura de controles internos, compliance e prevenção à lavagem de dinheiro. Entre as ações, estão:

- ✓ Participação na 56ª Reunião Técnica do CONACI, espaço reconhecido nacionalmente para atualização normativa, troca de experiências e ampliação da visão institucional sobre boas práticas de governança e controle;



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Campanhas internas de sensibilização sobre o papel dos controles internos na mitigação de riscos.

O exercício de 2025 foi marcado por avanços significativos na governança, conformidade e maturidade dos processos. Destaca-se o **encerramento dos apontamentos de Controles Internos pelo Regulador**, evidenciando a efetividade das iniciativas adotadas e reafirmando o compromisso institucional com a melhoria contínua e a observância das práticas de conformidade e governança.

O período também foi marcado pelo **aprimoramento dos procedimentos de diligência reforçada durante o onboarding**, incluindo melhorias aplicáveis a clientes PEP, clientes de Atenção Especial e fornecedores da Administração Pública, reforçando a robustez do arcabouço de controles e mitigando riscos operacionais e reputacionais.

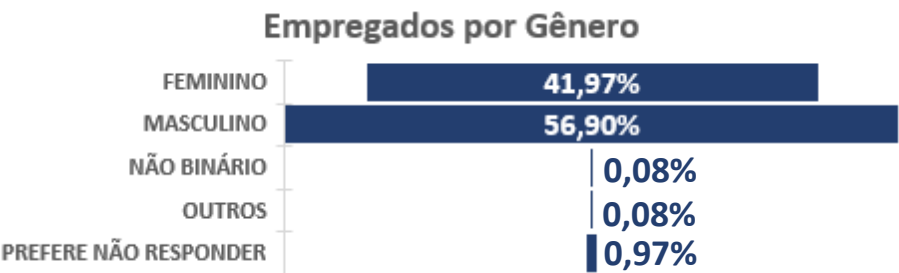
Recursos Humanos

O Banpará encerrou o 4T2025 com 2.571 funcionários e, durante o período, estruturou e implementou iniciativas estratégicas voltadas à **atração, desenvolvimento, sucessão e retenção de talentos**, alinhadas às diretrizes de governança corporativa e ao fortalecimento da liderança, com impacto direto na sustentabilidade do negócio e na valorização do capital humano. Entre os principais destaques, estão:

- **Programa de Desenvolvimento de Líderes:** direcionado ao fortalecimento das competências gerenciais e estratégicas, alcançando **782 profissionais capacitados**, distribuídos entre os diferentes níveis de liderança da organização.
- **Avaliações de Condutas Funcionais:** contribuindo para o alinhamento às diretrizes institucionais, o fortalecimento das competências organizacionais e a promoção da melhoria contínua do desempenho.
- **Avaliação de Desempenho Funcional (ADF):** automatização da comunicação entre avaliadores e avaliados, permitindo maior controle do processo e aumento do número de avaliações concluídas.
- **Fortalecimento das Oportunidades de Ascensão de Carreira:** O Banco adotou ações para valorizar seus próprios profissionais, incentivando desenvolvimento interno, mobilidade e ascensão na carreira, alinhadas às necessidades estratégicas da instituição.
- **Inclusão Social:** ampliação das contratações de jovens aprendizes de baixa renda e inserção de estagiários de pós-graduação, promovendo oportunidades de ingresso e experiência no mercado de trabalho.

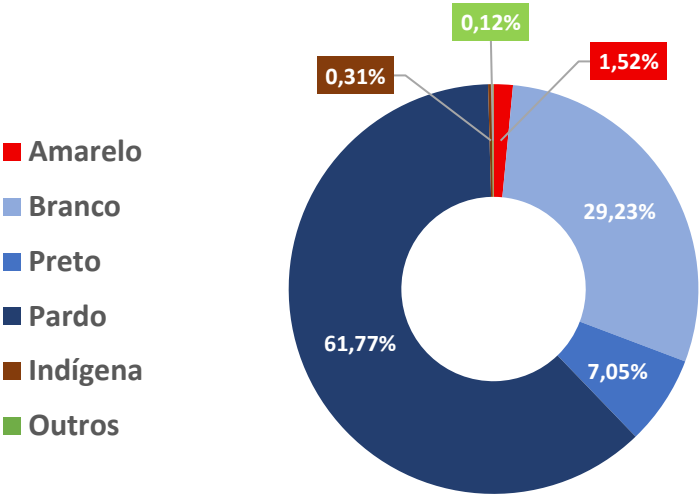


DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO





Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Declaração de Raça ou Cor



73%
Com idade entre
30 e 50 anos

Quantidade e proporção de mulheres por nível hierárquico no Banpará:

	2024		2025	
	Quantidade de Mulheres		Quantidade de Mulheres	
Total Banpará	1103	42%	1093	42%
Diretoria	2	33%	2	33%
Assessoria	9	50%	10	59%
Superintendência	29	59%	25	52%
Gerência	195	40%	203	41%
Coordenadoria	137	38%	141	39%
Analista/Técnico Bancário	731	43%	712	43%

Demonstração da quantidade de mulheres que ocupam cargos na Administração do Banpará:

	2024		2025	
	Quantidade de Mulheres		Quantidade de Mulheres	
Total Banpará	5	42%	5	42%
Conselho de Administração	3	37%	3	37%
Diretoria	2	33%	2	33%

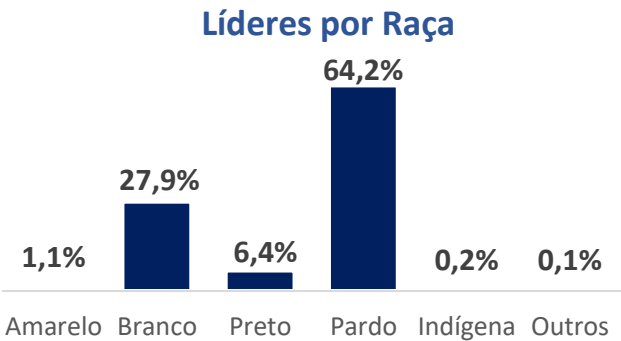


A remuneração dos empregados é calculada com base no cargo, tempo de serviço e função desempenhada dentro da instituição, não havendo qualquer diferenciação de remuneração entre homens e mulheres.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

✓ DIVERSIDADE NOS CARGOS DE LIDERANÇA:

42% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres.



✓ EDUCAÇÃO CORPORATIVA:

A Universidade Corporativa do Banpará – UniBanp implementou, no **4T2025**, as estratégias previstas no **Plano de Ações e Treinamento (PAT 2025)**, com foco no fortalecimento das competências técnicas, gerenciais e estratégicas dos colaboradores.



✓ SAÚDE DO TRABALHO:

O Banpará, no **4T2025**, manteve foco na promoção da saúde, prevenção de doenças e bem-estar dos colaboradores, com ações contínuas através das seguintes ações:

- **Execução do Programa Mais Saúde 2025**, com ações permanentes voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças;
- **Realização de palestras educativas ao longo do ano**, abordando temas como saúde mental, prevenção de doenças, qualidade de vida e hábitos saudáveis;
- **Campanhas solidárias de doação de sangue**, promovendo o engajamento social dos



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

empregados e contribuindo para o fortalecimento da rede pública de saúde;

- **Parcerias com instituições públicas de saúde**, ampliando o acesso dos empregados a ações preventivas e de cuidado.



ACORDO COLETIVO

Em relação aos benefícios aos colaboradores, os reajustes previstos no Acordo Coletivo de 2024 foram devidamente implementados em setembro de 2025. Essa medida ampliou o investimento direto em pessoal, refletindo o compromisso institucional com a valorização dos trabalhadores. Como resultado, observou-se um impacto positivo na satisfação dos colaboradores, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento e à motivação.

Tecnologia

Em 2025, o Banpará trabalhou na implementação de diversas melhorias e novas funcionalidades em seus sistemas e serviços, visando otimizar processos e aprimorar a experiência de seus clientes e colaboradores. As principais novidades e seus resultados incluem:

- **Capital de Giro FAMPE** - Identificação das operações enquadradas no Empreendedorismo Feminino, a implementação do ajuste do limite global e atualização do cálculo do CCA que contribuir para o aprimoramento do enquadramento e para a maior eficiência na operacionalização da respectiva linha de crédito.
- **Novas Funcionalidades – Banco 24h** - Implementação das funcionalidades de habilitação e desabilitação de dispositivos nos terminais da rede Banco 24h que tem como objetivo permitir que os clientes Banpará acessem toda a rede Banco24Horas para efetuar bloqueio e desbloqueio de dispositivos, fortalecendo a experiência do usuário e ampliando a autonomia no uso do Internet Banking e Mobile.
- **Gestão de Filas, Resultados e Segmentação de Clientes** - permitiu vincular o canal de atendimento com as salas de atendimento no módulo Gestão de Filas, resultando em maior eficiência, segurança e rastreabilidade das informações dos clientes durante o atendimento.
- **Utilização dos serviços (Módulo de Campanha, SMS e Push notification) via CRM** – Criação do Relatório de Confirmação de Leitura e envio de e-mail.
- **Atualização Tecnológica - Multiserv Gestão/ Produção e Multiserv Agência** – a atualização tecnológica do Multiserv agrega valor ao negócio bancário ao modernizar a infraestrutura tecnológica, reduzir custos de manutenção, mitigar riscos de obsolescência e fortalecer a governança de TI.
- **Atualização Tecnológica do Processamento do Conta Corrente** - modernização das rotinas de processamento, aumentando a eficiência na manutenção e na resolução de problemas, além de reduzir a janela de processamento do sistema de conta corrente, agilizando o processamento e ampliando a disponibilidade dos serviços.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Marketing

No 4T2025, a instituição intensificou suas estratégias de monitoramento, incorporando à análise o engajamento e a reação do público nas redes sociais. Neste período, seguimos com ações de divulgação de produtos financeiros voltados à diferentes perfis de clientes, com destaque para a disseminação de informações sobre produtos e serviços e de conteúdos de utilidade pública. O Banco também investiu em patrocínios de projetos voltados ao esporte e ao fortalecimento da cultura regional.



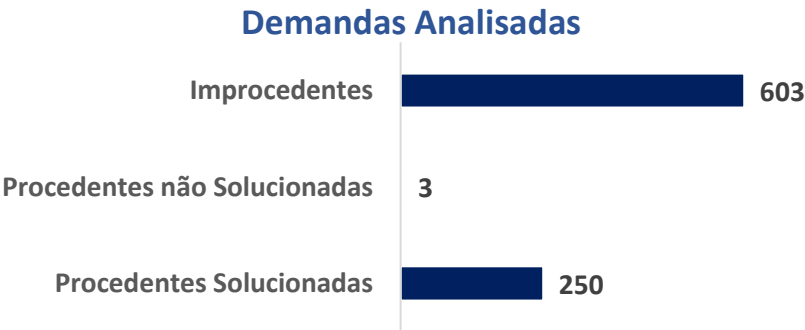
PATROCÍNIOS

No último trimestre de 2025, o Banpará reforçou seu papel como agente promotor do desenvolvimento social, destinando recursos significativos ao incentivo à cultura e esporte no Estado do Pará, com o propósito de fortalecer sua imagem institucional junto à sociedade paraense, ampliar o impacto positivo de suas ações e contribuir para a preservação das tradições locais. Além disso, o Banco também apoiou entidades filantrópicas e projetos socioculturais em diversos municípios, abrangendo ações nas áreas de cultura, fomento e esporte, com impacto direto na geração de renda, fortalecimento da economia local e inclusão social.

Ouvidoria

A Ouvidoria do Banpará presta atendimento aos clientes e usuários, como última instância, ratificando ou esclarecendo situações já demandadas no atendimento preliminar, para as quais cumpre prazo de até 10 dias úteis estabelecido pela Resolução CMN nº 4.860/2020, até 10 dias corridos nas demandas no CONSUMIDOR.GOV, e até 20 dias corridos para o atendimento de assuntos relacionados a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011.

 **Atuação** - No 4T2025, foram analisadas **856** demandas, sendo:



No ano de 2025, a Ouvidoria registrou um total de **2.886** manifestações, 100% respondidas dentro do prazo normatizado, reforçando o compromisso da instituição com a resolutividade e transparência.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A área tem atuado ativamente na prevenção e mediação de conflitos, de forma imparcial e célere, proporcionando respostas claras, objetivas e conclusivas, garantindo conquistas que refletem o comprometimento do Banpará com o respeito aos direitos do consumidor, a busca constante pela excelência no atendimento e o bom relacionamento com a sociedade.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna exerce papel fundamental no fortalecimento da governança corporativa e na promoção da transparência e integridade das operações do Banco, contribuindo para a mitigação de riscos, o aprimoramento dos controles internos, e a conformidade com as normas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

No exercício de 2025, as principais ações desempenhadas pela Auditoria interna estiveram voltadas para a realização de trabalhos de avaliação (*assessment*) independente da governança, de riscos e de controles, baseada em riscos, abrangendo a tecnologia da informação. Adicionalmente, foram realizados trabalhos de prevenção, inclusive, sob demanda do órgão supervisor, de atuação em processos investigativos, além de acompanhamento (*follow-up*) das recomendações emitidas, com reporte sistemático à alta administração e aos órgãos de governança. No 4T2025, a Auditoria manteve-se voltada à agregação de valor à gestão e ao fortalecimento da cultura de riscos, com destaque para a execução de auditorias em processos de agências, acompanhamento de recomendações, com emissão de relatórios técnicos e suporte aos processos formais de responsabilização, quando aplicável.



Auditoria Independente

A Auditoria Independente tem a atribuição de emitir opinião se as demonstrações financeiras elaboradas pela administração representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco, observadas as regulações aplicáveis. Os serviços de auditoria independente são essenciais para a proteção dos usuários das demonstrações financeiras e contribui para o funcionamento do mercado de valores mobiliários à medida que colabora para o fortalecimento da confiança nas relações entre as entidades auditadas e os usuários das demonstrações. No Banpará, esse serviço é prestado pela empresa FORVIS MAZARS AUDITORES INDEPENDENTES.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Agradecimentos

As realizações alcançadas no ano de 2025 são frutos da dedicação e esforço dos nossos empregados e colaboradores, aos quais dirigimos nosso reconhecimento e agradecimento. Ao Governo do Estado do Pará agradecemos pelo apoio recebido e aos demais acionistas, clientes e fornecedores, pela confiança em nós depositada.

Diretora-Presidente

Ruth Pimentel Mélllo

Diretor de Controle, Risco e Relações com Investidores

Igor Barbosa Gonçalves

Diretores

Amanda da Silva Soares

Elias Thiago GonçalvesLima

Vando Vagner Soares Ferreira

Chefe do Núcleo de Relações com Investidores

Paula Alcantara Bastos Martins



Notas Explicativas

Notas Explicativas 2025



Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

O Banco do Estado do Pará S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações são conduzidas para agregar valor à economia do Estado do Pará e tem como fonte de financiamento, além dos recursos próprios (patrimônio líquido), os recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O Banco atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução BCB nº 2/2020, e os novos requerimentos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023. Para a contabilização das operações foram utilizadas as normas e instruções das normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando deliberados pelo CMN.

Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já deliberados pelo CMN até o momento:

CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Resolução CMN nº 4.924/2021;

CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 4.924/2021;

CPC 02 (R2) – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Resolução CMN nº 4.524/2016;

Notas Explicativas

CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 4.818/2020;
 CPC 04 (R1) – Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016;
 CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/2020;
 CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/2011;
 CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.924/2021;
 CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução CMN nº 4.818/2020;
 CPC 25 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009;
 CPC 27 – Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/2016;
 CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.877/2020;
 CPC 41 – Resultado por ação – Resolução CMN nº 4.818/2020
 CPC 46 – Mensuração do Valor do Justo – Resolução CMN nº 4.924/2021; e
 CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, aprovado em 4 de novembro de 2016– Resolução CMN nº 4.924/2021.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável.

Desse modo, na preparação destas Demonstrações Financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; créditos tributários sobre diferenças temporárias, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes; plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Notas Explicativas

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material para os próximos períodos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 5 – Ajuste ao Valor justo de Títulos e Valores Mobiliários;

Nota Explicativa nº 7.2 – Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Nota Explicativa nº 16 – Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

Nota Explicativa nº 19 – Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde; e

Nota Explicativa nº 22 – Imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo fiscal diferido.

Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras contêm registros que refletem o valor de custo amortizado das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários que contêm ativos classificados como a valor justo por meio do resultado e por meio de resultados abrangentes, que são avaliados pelo valor justo.

Moeda funcional

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Adoção de Novas Normas

O Banpará adotou as normas e instruções que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025. As seguintes normas e interpretações são aplicáveis à Instituição:

- a) Resolução CMN nº 4.966, de 2021 e BCB nº 352, de 2023: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros. Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destacam-se: ativos financeiros que passam a ser mensurados e classificados com

Notas Explicativas

base no modelo de negócio do Banco e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de “SPPJ”);

b) As receitas e os encargos atrelados diretamente à originação de instrumentos financeiros são apropriados no resultado do período, *pró rata temporis*, considerando a taxa de juros contratual original;

c) Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações entram em atraso por prazo superior a 90 dias e que são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;

d) A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB nº 352/23. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência;

e) Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas;

f) Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que o Banco não tem mais expectativa de recuperação;

g) Instruções Normativas BCB nº 493 a 500, de 2024: Os eventos dos roteiros contábeis foram adaptados de forma a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas contábeis divulgadas por tais instruções.

h) Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: estabelece o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos pelas instituições financeiras. A partir de 1º de janeiro de 2025, essas instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas em operações inadimplidas e em operações com pessoas jurídicas em processo falimentar ou de recuperação judicial. A lei define critérios específicos para a dedução dessas perdas, incluindo a aplicação de fatores de ajuste baseados no tempo de inadimplência e na natureza das garantias associadas aos créditos. A realização dos créditos tributários provenientes das

Notas Explicativas

diferenças temporárias de provisões indedutíveis, demonstrada na nota explicativa 22, ocorrerá quando esses créditos atingirem atraso acima de 90 dias e quando houver a reversão das referidas provisões, dado que os critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430/96, aplicáveis às instituições financeiras e utilizados anteriormente para mensurar a realização desses créditos, foram revogados. Adicionalmente, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. Por fim, o Banpará informa que não exerceu a opção prevista na Lei nº 14.467/2022 para adoção da sistemática alternativa de dedução à razão de 1/120 (um cento e vinte avos), mantendo, portanto, a metodologia padrão de dedução à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos), aplicável a partir de janeiro de 2026.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. A tabela a seguir apresenta a reconciliação do patrimônio líquido demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025.

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO	31.12.2024	Adoção da 4.966	01.01.2025
Aplic. Interf. e Tit. e Val. Mobiliários	2.113.139	(87)	2.113.052
Operações de Crédito	14.206.586	656	14.207.242
PASSIVO	31.12.2024	Adoção da 4.966	01.01.2025
Outras Obrigações	258.236	676	258.912
Patrimônio Líquido em 31.12.2024			2.106.280
Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito			(215)
Perda Esperada Associada com Aplic. Interf. e Tit. e Val. Mobiliários			(87)
Stop Accrual			465
Ajuste Operações de Câmbio			1.082
Patrimônio Líquido em 01.01.2025			2.107.525

Notas Explicativas

O Banco seguiu as diretrizes do Art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, que dispensa a apresentação comparativa nas Demonstrações Financeiras de 2025 em relação aos períodos anteriores.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas em 20 de março de 2025.

2.2.Principais Políticas Contábeis Materiais

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Financeiras.

a. Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas decorrentes das operações ativas e passivas deve ser realizada *pro-rata temporis*, considerando o número de dias corridos.

b. Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros fins. Possuem liquidez imediata, com vencimento ou carência igual ou inferior a 90 (noventa) dias, e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

c. Ativos e Passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, quando o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento, na data da negociação. O Banco efetua a baixa de um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou
- For transferido e a transferência se qualificar para a baixa nos termos definidos, ou
- Baixado em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, caso não haja expectativas razoáveis de sua recuperação. Estudos realizados para as carteiras do Banco demonstram que a partir de uma quantidade de atraso, a

Notas Explicativas

depende da carteira, o percentual de recuperabilidade se estabiliza, sendo, portanto, baixados para prejuízo.

Quando um ativo financeiro é renegociado ou de outro modo modificado, o seu valor contábil bruto é recalculado para refletir os novos fluxos de caixa da operação, sem que ocorra a baixa desse ativo financeiro.

Classificação de ativos e passivos financeiros

A classificação de Ativos Financeiros ocorre tanto pelo modelo de negócios, bem como, as características dos fluxos de caixa contratuais, com o objetivo de identificar especificamente se este atende ao critério de “somente principal e juros” (SPPJ).

Com base nesses dois critérios, os ativos serão classificados como:

- **Ativos Financeiros ao Custo Amortizado (CA):** ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros.
- **Ativos Financeiros ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- **Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado (VJR):** ativos que não atendem aos critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo no resultado, de forma irrevogável, com o objetivo de reduzir assimetrias contábeis.
- **Modelos de Negócios:** representam a maneira como os ativos financeiros são administrados, considerando: i) os riscos que influenciam o desempenho do modelo de negócio; ii) a forma de remuneração dos gestores do negócio; iii) e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.
- **Teste SPPJ:** análise dos fluxos de caixa contratuais para determinar se consistem apenas em pagamento de principal e juros, que devem ser representados pela contraprestação do dinheiro no tempo, risco de crédito e margem de lucro. Caso não se enquadre nessa definição, o ativo financeiro não passa no Teste SPPJ e, conseqüentemente, é classificado na categoria ao Valor Justo por meio do Resultado.

Notas Explicativas

Os instrumentos patrimoniais, representado pelas cotas de fundos de investimento não atendem ao Teste SPPJ e são classificados na categoria ao Valor Justo por meio do Resultado, exceto quando o modelo de negócio tenha o objetivo diferente de negociação, sendo, portanto, designado, irrevogavelmente, a Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes.

Classificação de ativos e passivos financeiros

Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados a custo amortizado, exceto por:

- **Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado:** incluem derivativos e passivos financeiros originados de contratos de empréstimos ou aluguel de ativos financeiros.
- **Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar:** avaliados levando em conta a provisão para perdas de crédito esperadas.
- **Garantias Financeiras:** mensuradas pelo maior valor entre: (i) a provisão para perdas de crédito esperadas; e (ii) o valor justo no reconhecimento inicial, subtraído do valor acumulado da receita.

Mensuração subsequente de Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou a valor justo em outros resultados abrangentes são reconhecidos por meio da taxa efetiva de juros (TJE), que é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A TJE considera as receitas recebidas e, os custos de transação pagos, relacionados à aquisição ou originação dos instrumentos financeiros.

Taxa de Juros Efetiva – Metodologia Diferenciada

O Banco optou por adotar a metodologia diferenciada para reconhecimento das receitas e despesas relacionadas aos custos de transação em operações de crédito e demais operações com característica de operações de crédito. Essa metodologia, consiste em:

Notas Explicativas

- Apropriação de receitas no resultado do período, *pro rata temporis*, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, considerando a taxa de juros contratual original; e
- Apropriação linear de receitas e despesas relacionadas aos custos de transação e outros valores recebidos na originação ou emissão do instrumento financeiro, conforme as características do contrato.

A apropriação de juros deixa de ser reconhecida quando um instrumento financeiro se torna um ativo com problema de recuperação de crédito, ou seja, quando apresenta atraso superior a 90 dias no pagamento de principal de juros, ou quando há evidências de redução significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou colaterais.

Mensuração a valor justo

Os instrumentos financeiros classificados como valor justo no resultado ou valor justo em outros resultados abrangentes são avaliados pelo valor justo, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços. A valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de:

- Receita ou despesa, no resultado do período, para instrumentos financeiros classificados como valor justo no resultado.
- Outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários, para ativos financeiros classificados como valor justo em outros resultados abrangentes.

Os ganhos ou perdas não realizadas em outros resultados abrangentes são transferidos para o resultado quando o ativo é baixado totalmente, ou parcialmente, na proporção equivalente, exceto para os instrumentos patrimoniais designados a valor justo em outros resultados abrangentes, de forma irrevogável, no reconhecimento inicial. Neste caso, a transferência dos ganhos ou perdas é realizada para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

Hierarquia do Valor Justo

A mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros é realizada com base

Notas Explicativas

em uma hierarquia que classifica os dados utilizados no processo de avaliação em três níveis distintos. Essa hierarquia visa garantir a consistência e a comparabilidade das avaliações, promovendo a transparência nas divulgações contábeis. A seguir, detalhamos os três níveis da hierarquia de valor justo:

Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas em bolsas de valores e cotas de fundos de investimentos com alta liquidez.

Nível 2: Dados observáveis no mercado, utilizados em técnicas de precificação e podem incluir preços de ativos ou passivos similares em mercados ativos, preços de ativos ou passivos idênticos em mercados não ativos, ou outras informações de mercado observáveis. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos com menor liquidez.

Nível 3: Dados não observáveis no mercado, utilizados em técnicas de avaliação que requerem premissas e estimativas. Esses dados são baseados em informações internas do banco e refletem as melhores estimativas da administração sobre as premissas que os participantes do mercado utilizariam na determinação do valor justo. Incluem instrumentos financeiros complexos e ativos ilíquidos.

Para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo de forma recorrente, incluindo derivativos não negociados em mercados ativos, o valor justo é calculado utilizando técnicas de avaliação baseadas em premissas de mercado. As principais premissas incluem dados históricos, transações similares, taxas de desconto e fluxos de caixa futuros descontados a valor presente.

Perda Esperada

O Banco constitui provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito utilizando a metodologia completa, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 para:

- Ativos financeiros, exceto instrumentos patrimoniais de outras entidades, ativos classificados na categoria valor justo por meio do resultado, mensurado no nível 1 da hierarquia de valor justo (com exceção de títulos privados, operações de

Notas Explicativas

crédito e outras operações com características de concessão de crédito) e instrumentos financeiros derivativos;

- Garantias financeiras prestadas;
- Compromissos de crédito e créditos a liberar.

A mensuração da provisão considera como base de cálculo o valor contábil bruto dos ativos financeiros.

Classificação de Instrumentos Financeiros por Estágios

O Banco classifica seus instrumentos financeiros em três estágios, conforme descrito a seguir:

Primeiro estágio: quando os instrumentos financeiros não apresentam um aumento significativo no risco de crédito, desde o seu reconhecimento inicial, ou quando o risco de crédito diminuiu significativamente. A perda é calculada para os próximos 12 meses ou durante o prazo esperado do instrumento.

Segundo estágio: quando um instrumento financeiro demonstra um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, ou quando um instrumento financeiro deixou de ser um ativo problemático, mas o risco de crédito não diminuiu significativamente. A perda é calculada para todo o prazo esperado do ativo financeiro.

Terceiro estágio: instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação de crédito.

As provisões para perdas associadas ao risco de crédito são contabilizadas desde a alocação inicial do instrumento financeiro em estágios, sendo determinadas em montante correspondente às perdas associadas ao risco de crédito. Para os Estágios 1 e 2, é considerado o conceito de Perda Esperada, enquanto para o Estágio 3 é considerado também o requerimento regulatório de Perda Incorrida (que passa a ser um componente da Perda Esperada).

As Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito são revisadas mensalmente, ou tempestivamente quando houver novos fatos que demonstrem

Notas Explicativas

deterioração significativa da qualidade creditícia da contraparte, incluindo reestruturação, e realocação de estágios.

Em 31 de dezembro de 2025 não houve realocação de ativos financeiros entre estágios.

A metodologia interna de cálculo da Perda Esperada é compatível com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, o porte, o perfil de risco e o modelo de negócios do Banco. Esse cálculo é baseado em parâmetros da metodologia interna, incorporando aspectos locais (com destaque para risco país Brasil, cenários macroeconômicos, informações prospectivas sobre volatilidade de risco, Fator de Conversão de Crédito - FCC). Esses parâmetros são consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações internas e externas.

O Banco, enquadrado como uma instituição financeira “Segmento S3”, utiliza a metodologia completa prevista nas resoluções CMN 4.966 e BCB 352.

A movimentação das provisões para perdas esperadas e incorridas associadas ao risco de crédito no exercício de 2025 está demonstrada na nota XYZ.

Aumento significativo do risco de crédito

O conceito de risco de crédito é baseado na probabilidade de inadimplência para sua vida toda. Originalmente, quando a operação é concedida pelo Banco, é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, o Banco avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação passa a ser considerada em estágio 2, ou ainda, se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de não recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de não recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo de risco de crédito e de evidência de ativo problemático baseiam-se não apenas em critérios quantitativos e prospectivos,

Notas Explicativas

incluindo projeções decorrentes de modelos de probabilidade de deterioração do crédito, mas também no comportamento efetivo do ativo financeiro quanto à sua liquidação. São classificados no estágio 2 os ativos que apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, caracterizado, entre outros fatores, pela elevação do grau especulativo e risco substancial conforme classificação de agências de risco reconhecidas pelo mercado, pelo atraso entre 1 e 15 dias no cumprimento das obrigações pelo emissor, ou ainda, por determinação do comitê competente, fundamentada em avaliação técnica.

Os ativos classificados no estágio 3 abrangem os contratos que apresentem evidência objetiva de problema de recuperação de crédito. A caracterização de ativo problemático ocorre quando verificada, pelo menos, uma das seguintes situações: atraso superior a 15 dias na liquidação pelo emissor, incluindo, de forma preponderante, os contratos com atraso superior a 90 dias; deterioração relevante da capacidade creditícia, evidenciada por classificação de risco altamente especulativa ou inferior, recorrência de atrasos no pagamento de juros; reestruturação de crédito; decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial; ou existência de medidas judiciais ou regulatórias que possam comprometer o valor ou a exequibilidade do título.

Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação dos seguintes parâmetros:

Probabilidade de Default (PD): a PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada.

Perda dada ao Default (LGD): a LGD (loss given default) é o percentual esperado de perda de uma cliente dado o ativo problemático. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito do Banco para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação / renovação de contrato e clientes, podendo estender análises específicas para diferentes tipos de garantias, percentuais de cobertura das garantias, entre outras informações.

Notas Explicativas

Exposição ao Default (EAD): a EAD (exposure at default) representa o montante da exposição ao risco de crédito no momento em que o ativo se torna problemático, incluindo juros incorridos, não contemplando limites de créditos ou exposições fora do balanço.

Adicionalmente, a Res. CMN 4966 determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos. As variáveis *forward looking* funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

1. Ativos problemáticos e *stop accrual*

Ativos com problema de recuperação de crédito (Ativos Problemáticos) são definidos como aqueles com atraso superior a 90 dias, operações com forte evidência de que não serão liquidados conforme pactuado, e as operações reestruturadas. Nestes casos, o Banco interrompe a apropriação de receitas ainda não recebidas (*stop accrual*), retomando a apropriação somente após regularização.

As reestruturações de ativos problemáticos consideram concessões concedidas pelo Banco ao devedor, as quais não seriam concedidas caso o devedor não enfrentasse dificuldades financeiras severas (deterioração significativa da qualidade de risco de crédito) que o impedissem de cumprir integralmente seus compromissos financeiros com o Banco.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas são arrastadas (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3. O efeito arrasto pode não ocorrer quando: (i) operações com gerenciamento de risco realizado de forma massificada; e (ii) instrumento financeiro que em virtude de sua natureza ou de sua finalidade apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte que apresenta problema de recuperação de crédito.

Notas Explicativas

A partir do momento da caracterização de ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

A descaracterização do Ativo Problemático e a respectiva reclassificação como Ativo com Risco de Crédito Significativo é possível desde que sejam atendidas condições pelo devedor (processo de Cura), entre elas: adimplência dos pagamentos de principal e encargos de acordo com a reestruturação das obrigações e novas condições pactuadas, continuidade de pagamento tempestivo de principal e encargos bem como cumprimento de demais obrigações contratuais por um período de cura mínimo, pagamento de quantidade mínima de parcelas, melhora dos indicadores de risco de crédito do devedor.

A expectativa de recuperação do Ativo Problemático considera uma estimativa do valor presente provável utilizando: (i) o valor justo das garantias ou dos colaterais se existirem, (ii) os custos e os prazos estimados para execução, venda e recebimento das garantias ou dos colaterais, (iii) a taxa de juros efetiva do instrumento financeiro no reconhecimento inicial. A análise é feita caso-a-caso com base na experiência da Área de Gerenciamento de Créditos Problemáticos e no histórico de recuperações de créditos problemáticos do Banco, além de comparações com outras reestruturações de ativos problemáticos do Banco.

d. Outros Valores e Bens

Compostos, basicamente, por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou do financiamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio de provisão por desvalorização, de acordo com as normas vigentes; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

e. Investimentos

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

Notas Explicativas

f. Imobilizado de uso

Corresponde aos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

O ativo imobilizado do Banco é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações 10% ao ano; veículos 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Administração do Banco entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência. A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota Explicativa nº 09.

g. Intangível

O intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção do Banco ou exercido com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534/2016.

Esse grupo está representado por aquisição de *software*. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 09.

Notas Explicativas

h. Redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

Uma perda é reconhecida caso existem evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. Esse procedimento é realizado, no mínimo, anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores classificados como prováveis são provisionados e divulgados nas notas explicativas, os valores classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, apenas divulgados em notas explicativas. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.
- O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos do Banco capazes de gerar benefícios econômicos. Os valores registrados no passivo relacionados às ações civis públicas, representados por decisões favoráveis, provisórias ou definitivas, serão mantidos pelo prazo prescricional de cinco anos do direito à execução.

Notas Explicativas

- Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível, referido ganho é reconhecido nas Demonstrações Financeiras porque o ativo relacionado deixa de ser ativo contingente. Os ativos contingentes, para os quais a entrada de benefícios econômicos é provável, têm sua natureza divulgada nas notas explicativas, bem como uma estimativa de seus efeitos financeiros, quando praticável.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Demonstrações Financeiras.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota Explicativa nº 16.

j. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

Notas Explicativas

k. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN nº 4.877/2020.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco.

l. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas são integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

m. Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) – Resolução CVM nº 199/2024, apresentada como parte integrante das Demonstrações Financeiras.

n. Resultado não-recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banpará considera, para mensurar os resultados como não recorrentes, o período de dois anos que antecedem e que sucedem a data base.

o. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao exercício a que se referem as Demonstrações Financeiras, é aquele evento favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do exercício e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

Notas Explicativas

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as Demonstrações Financeiras;
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as Demonstrações Financeiras.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa tem a seguinte composição:

Contas	31.12.2025
Disponibilidades	210.737
Caixa	207.723
Disponibilidades em moeda estrangeira	3.014
Equivalente de Caixa	249.616
Aplicações interfinanceiras de liquidez	249.616
Total	460.353

O montante de R\$ 460.353 em 31 de dezembro de 2025 refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa.

4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	31.12.2025
Aplicações - Mercado Aberto	249.616
Posição bancada	249.616
Letras financeiras do tesouro	249.991
Perda Esperada associada ao risco de crédito	(375)
Aplicações - Depósitos interfinanceiros	165.549
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	165.579
Perda Esperada associada ao risco de crédito	(30)
Total	415.165

A posição bancada representa os Títulos Públicos comprados pelo Banpará nas operações compromissadas (CRV), os quais são revendidos obrigatoriamente no dia seguinte. Com base nesse entendimento, o Banpará em 31 de dezembro de 2025 executou perante contraparte compra com revenda (doação de recurso no mercado financeiro), recebendo como lastro LFT.

Notas Explicativas

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	2º Sem 2025	31.12.2025
Posição bancada	65.991	80.755
Depósitos interfinanceiros	7.268	22.604
Total	73.259	103.359

As receitas provenientes de aplicações interfinanceiras de liquidez decorrem de operações compromissadas e depósitos interfinanceiros. A redução observada nessas receitas é atribuída à diminuição do excedente de caixa, à realocação de recurso para ativos com maior rentabilidade e à menor volume de recurso para aplicação em Depósito Interfinanceiro vinculado ao cumprimento da exigibilidade de direcionamento do recurso obrigatório no âmbito do crédito rural.

5. Ajuste ao Valor justo de Títulos e Valores Mobiliários

a. Classificação por tipo de papel

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Títulos	Custo	31.12.2025	
		Outros resultados abrangentes	Valor justo
Livres	103.920	(14.906)	89.014
Letras do tesouro Nacional (a)	8.317	(162)	8.155
Cotas de fundos de investimento em participações (a) (b) (c)	95.603	(14.744)	80.859
Não circulante	103.920	(14.906)	89.014

(a) Foram designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes no início de vigência da Res. nº 4.966/21.

(b) O Banpará mantém aplicação em cotas seniores de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), realizada no contexto da estratégia de diversificação do portfólio de ativos e otimização da relação risco-retorno. À época da alocação, o fundo apresentava rentabilidade-alvo equivalente a aproximadamente 130% do CDI, compatível com as diretrizes internas de gestão financeira e de liquidez do Banco. No segundo semestre de 2025, a aplicação apresentou desempenho aderente às expectativas econômicas e financeiras, tendo sido apropriado no resultado do período o montante de R\$ 10 milhões de reais referentes aos rendimentos financeiros auferidos.

Notas Explicativas

(c) Foi realizada atualização a valor justo do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) utilizando a metodologia a mensuração do ativo em conformidade com o CPC 46 (Mensuração a Valor Justo) e a Resolução CMN nº 4.966/2021, adotando metodologia baseada em fluxo de caixa descontado (DCF), com incorporação de ajustes compatíveis com o risco do ativo. Os fluxos de caixa futuros foram projetados com base na remuneração contratual (CDI acrescido de spread) e descontados a valor presente utilizando a curva DI futura divulgada pela ANBIMA, em base de 252 dias úteis. A taxa de desconto reflete a percepção de risco de mercado e é composta pela taxa livre de risco (curva DI futura) acrescida de spread total, que contempla risco de crédito, prêmio de liquidez de 2% a.a. e prêmio reputacional. Este último foi incorporado em função de eventos recentes envolvendo a contraparte, resultando em aumento da incerteza quanto à governança, potencial redução da liquidez do ativo e elevação do prêmio exigido por participantes de mercado. Os ajustes de risco foram aplicados exclusivamente na taxa de desconto, sem alteração das premissas de fluxo de caixa, de forma a evitar dupla contagem de riscos e assegurar consistência metodológica. A metodologia utiliza como principais referências dados públicos de mercado, incluindo curvas de juros e spreads de crédito da ANBIMA, estrutura a termo de taxas DI e políticas internas de gestão de ativos e passivos. Adicionalmente, o modelo observa critérios de governança que asseguram a segregação entre perdas realizadas, perdas esperadas e prêmios de risco, estando alinhado às diretrizes internas e sujeito à validação e rastreabilidade. Foi realizado evento destacado no item 25.2 Eventos Subsequentes.

(d) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando crescimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que o seu prazo de duração é de doze anos, podendo ser prorrogado por mais três anos.

Notas Explicativas

Ativos financeiros a custo amortizado

Títulos	31.12.2025
	Custo Amortizado
Livres	1.107.014
Letras Financeiras do Tesouro	1.090.765
CVS (a)	16.176
Bladex	73
Vinculados a operações compromissadas	420.410
Letras Financeiras do Tesouro	420.410
Vinculados ao Banco Central	82.482
Letras Financeiras do Tesouro	82.482
Total	1.609.906
Circulante	1.593.657
Não circulante	16.249

(a) O Banpará mantém em sua carteira títulos de Certificados de Variação Salarial (CVS), emitidos pelo Tesouro Nacional no âmbito da securitização das dívidas remanescentes do Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS), decorrentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional. Esses títulos são classificados pelo método do custo amortizado e mantidos até o vencimento, previsto para 01 de janeiro de 2027. Ressalta-se que, embora classificados por faixa de vencimento, os CVS possuem fluxo financeiro de amortizações periódicas, com recebimentos mensais de parcelas de principal pagos pelo Tesouro Nacional, o que explica a redução gradual do saldo contábil ao longo do tempo, uma vez que tal movimentação representa a natureza do ativo, sem caracterizar alienação, perda ou alteração no risco de crédito do ativo.

Derivativos

Títulos	31.12.2025
	Derivativos
Livres	152
Contratos de Câmbio	152
Não circulante	152

O Banpará realiza operações de câmbio de venda de moeda estrangeira com seus clientes. Esses contratos são classificados como instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

b. Classificação dos títulos classificados como custo amortizado por vencimento

Títulos	Sem vencimento	Circulante		Não Circulante			31.12.2025	
		Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Custo	Valor Justo
Custo Amortizado	73	-	289.362	628.863	691.609	-	1.609.906	1.609.906
Títulos públicos	-	-	289.362	612.687	691.609	-	1.593.658	1.593.658
Letras financeiras tesouro	-	-	289.362	612.687	691.609	-	1.593.658	1.593.658
Títulos públicos	-	-	-	16.176	-	-	16.176	16.176
CVS	-	-	-	16.176	-	-	16.176	16.176
Tit. de rend var. aplic. no exterior	73	-	-	-	-	-	73	73
Bladex	73	-	-	-	-	-	73	73
Total em 31.12.2025	73	-	289.362	628.863	691.609	-	1.609.906	1.609.906

Rendas com títulos e valores mobiliários:

Contas	2º Sem 2025	01.01 até 30.12.2025
Resultado de títulos de renda fixa	118.800	224.071
Resultado de títulos de renda variável	130	3.075
Resultado de renda de fundos de investimento	10.144	10.144
Resultado de renda de títulos e valores mobiliários no exterior	56	101
Total	129.130	237.391

6. Relações Interfinanceiras

Contas	31.12.2025
Reserva em espécie - Conta de pagamento instantâneo	178.329
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	350.899
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN	420.389
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	56.142
Total	1.005.759
Circulante	949.617
Não circulante	56.142

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados.

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 56.142 em 31 de dezembro de 2025. Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% a.a., quando utilizado recursos do FGTS e 6,17% a.a., quando utilizados recursos próprios, acrescidos de atualização monetária

Notas Explicativas

de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

7. Operações de Crédito

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito

a. Por tipo de operação

	31.12.2025
Operações de crédito	15.344.987
Empréstimos e Títulos Descontados	13.498.756
Financiamentos	251.113
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	129.686
Financiamentos Imobiliários	1.465.432
Outras Rubricas	230.844
Valores a receber relativos à transação de pagamento	146.846
Operações de câmbio	83.998
Total da carteira de crédito	15.575.831
(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)	(593.043)
Provisão constituída	(591.830)
Outros Créditos	(1.213)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	14.982.788
Circulante	4.703.639
Não circulante	10.279.149

b. Composição por segmento e tipo de pessoa

Produtos	31.12.2025
Pessoa física	14.639.000
Consignados	11.171.525
Banparacard	1.212.125
Cheque especial	17.921
Cartão de crédito	241.558
Sazonais	4.350
Imobiliário	1.264.846
Rural	110.246
Financiamento	82.683
Outros	533.746
Pessoa jurídica	936.831
Cheque empresarial	3.156
Capital de giro	445.887
Imobiliário	202.905
Financiamento	167.876
Cambio	83.998
Rural	19.441
Outros	13.568
Total	15.575.831

Notas Explicativas

c. Por faixas de vencimento e nível de risco

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31.12.2025
Parcelas vincendas	14.754.224	163.678	369.062	15.286.966
Até 30 dias	474.111	9.551	17.579	501.241
31 a 90 dias	821.042	15.537	27.572	864.151
91 a 180 dias	823.762	14.183	27.243	865.188
181 a 360 dias	1.863.464	24.361	52.674	1.940.499
Acima de 360 dias	10.771.847	100.046	243.994	11.115.887
Parcelas vencidas	30.218	36.278	222.369	288.865
Até 30 dias	30.140	9.567	15.099	54.806
31 a 90 dias	78	26.711	32.172	58.961
91 a 180 dias	-	-	72.196	72.196
181 a 360 dias	-	-	102.890	102.890
Acima de 360 dias	-	-	12	12
31.12.2025	14.784.442	199.956	591.431	15.575.831

d. Por setores de atividade

Setores	31.12.2025	
	Valor	%
Varejo - Pessoas Físicas	13.181.226	84,63
Varejo - Pessoas Jurídicas	462.611	2,97
Rural - Pessoa Física e Jurídica	129.687	0,83
Fomento - Pessoa Física e Jurídica	250.558	1,61
Imobiliário - Pessoa Física e Jurídica	1.467.751	9,42
Cambio - Pessoa Física e Jurídica	83.998	0,54
Total	15.575.831	100,00

e. Concentração dos principais devedores

Relação	31.12.2025	
	Valor	%
Principal Devedor	57.516	0,37%
10 seguintes maiores devedores	271.408	1,74%
20 seguintes maiores devedores	254.941	1,64%
50 seguintes maiores devedores	200.665	1,29%
100 seguintes maiores devedores	141.885	0,91%
Demais devedores	14.649.416	94,05%
Total	15.575.831	100,00%

Notas Explicativas

f. Realocação entre estágios pela perda esperada

Carteira de Crédito - Consolidado

Operações de crédito	01.01.2025	Baixa	Aquisição/(Liquidação)	31.12.2025
Empréstimos e Títulos descontados	12.711.667	(284.021)	1.301.955	13.729.601
Financiamentos	243.143	(3.529)	11.498	251.112
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.180.864	(4.514)	289.082	1.465.431
Financiamentos imobiliários	147.175	(44.160)	26.672	129.687
Total	14.282.848	(336.225)	1.629.207	15.575.831

Carteira de Crédito - Estágio 1

Operações de crédito	01.01.2025	Baixa	Aquisição/(Liquidação)	31.12.2025
Empréstimos e Títulos descontados	12.218.511	-	824.834	13.043.345
Financiamentos	228.289	-	4.547	232.835
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.157.393	-	270.625	1.428.018
Financiamentos imobiliários	87.023	-	(6.778)	80.246
Total	13.691.216	-	1.093.228	14.784.444

Carteira de Crédito - Estágio 2

Operações de crédito	01.01.2025	Baixa	Aquisição/(Liquidação)	31.12.2025
Empréstimos e Títulos descontados	186.687	-	(18.767)	167.920
Financiamentos	9.927	-	(7.190)	2.737
Financiamentos rurais e agroindustriais	14.053	-	11.668	25.721
Financiamentos imobiliários	2.897	-	683	3.579
Total	213.563		(13.606)	199.956

Carteira de Crédito - Estágio 3

Operações de crédito	01.01.2025	Baixa	Aquisição/(Liquidação)	31.12.2025
Empréstimos e Títulos descontados	306.470	(284.021)	495.888	518.337
Financiamentos	4.927	(3.529)	14.142	15.540
Financiamentos rurais e agroindustriais	9.418	(4.514)	6.788	11.692
Financiamentos imobiliários	57.255	(44.160)	32.768	45.862
Total	378.070	(336.225)	549.585	591.430

Provisão - Consolidado

Provisão - Operações de Crédito	01.01.2025	Baixa	Aquisição/(Liquidação)	31.12.2025
Empréstimos e Títulos descontados	382.161	(284.021)	410.798	508.938
Financiamentos	10.505	(3.529)	13.307	20.282
Financiamentos rurais e agroindustriais	38.282	(4.514)	(12.983)	20.785
Financiamentos imobiliários	42.371	(44.160)	44.827	43.038
Total	473.319	(336.225)	455.949	593.043

Notas Explicativas

Provisão - Estágio 1

Provisão - Operações de Crédito	01.01.2025	Baixa	Aquisição/(Liquidação)	31.12.2025
Empréstimos e Títulos descontados	170.560	-	(96.539)	74.021
Financiamentos	5.872	-	(767)	5.105
Financiamentos rurais e agroindustriais	30.126	-	(20.851)	9.275
Financiamentos imobiliários	2.383	-	(741)	1.643
Total	208.942		(118.898)	90.044

Provisão - Estágio 2

Provisão - Operações de Crédito	01.01.2025	Baixa	Aquisição/(Liquidação)	31.12.2025
Empréstimos e Títulos descontados	12.603	-	50.676	63.278
Financiamentos	1.361	-	189	1.551
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.616	-	6.249	7.865
Financiamentos imobiliários	902	-	1.077	1.979
Total	16.482		58.191	74.673

Provisão - Estágio 3

Provisão - Operações de Crédito	01.01.2025	Baixa	Aquisição/(Liquidação)	31.12.2025
Empréstimos e Títulos descontados	198.998	(284.021)	456.661	371.638
Financiamentos	3.271	(3.529)	13.884	13.626
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.539	(4.514)	1.620	3.645
Financiamentos imobiliários	39.086	(44.160)	44.491	39.417
Total	247.894	(336.225)	516.656	428.326

7.2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e com base nessa classificação constituiu-se provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a taxas que variam entre 0% a 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Contas	01.01 até 31.12.2025
Saldo no início do período	(470.027)
Ajustes da Res. 4.966/21	1.140
Provisões/Reversões constituídas	(457.882)
Valores baixados ou compensados com créditos	334.939
Saldo final do período	(591.830)
Outros créditos - Saldo no início do período	(3.483)
Ajustes da Res. 4.966/21	(1.355)
Provisões constituídas	(14.094)
Reversões de provisões	14.559
Valores baixados ou compensados com créditos	3.160
Outros créditos - Saldo no final do período	(1.213)
Saldo final do período	(593.043)

Notas Explicativas

7.3. Movimentação da carteira reestruturada

Contas	31.12.2025
Saldo no início do período	279.759
Renegociação	81.548
Recebimentos	79.363
Baixas	(38.946)
Saldo final do período	401.724
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	93.498
Percentual de Provisionamento da Carteira de Renegociação	23,27%

7.4. Rendas de operações de crédito

Contas	2º Sem 2025	31.12.2025
Adiantamento a depositante	74	148
Empréstimo	1.623.427	3.130.607
Financiamentos	13.721	24.181
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	37.393	68.879
Financiamentos rurais	7.741	18.886
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	76.506	143.308
Total	1.758.862	3.386.009

8. Outros Créditos

Contas	31.12.2025
Ativos Financeiros	345.476
Carteira de câmbio	83.998
Créditos a receber	3.436
Devedores por depósitos em garantia (a)	109.025
Título e crédito a receber sem característica de concessão	2.171
Valores a receber a título de transações de pagamento (b)	146.846
Outros Ativos	347.099
Adiantamento e antecipações salariais	9.812
Adiantamento para pagamento	47.469
Imposto e contribuições a compensar	160.483
Pagamentos a ressarcir	2.436
Devedores diversos – País (c)	126.899
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(6.977)
Com característica de concessão de crédito (Notas 7.1 e 7.2)	(1.213)
Sem característica de concessão de crédito (d)	(5.764)
Circulante	685.598

(a) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, conforme nota 16.

Notas Explicativas

(b) O saldo de valores a receber relativos a transações de pagamento totalizam o valor de R\$ 146.846 em 31 de dezembro de 2025 e estão assim distribuídos:

Contas	31.12.2025
BANPARÁ Mastercard	146.846
Valores a faturar	25.592
Faturados a receber	43.255
Parcelado lojista a agendar bandeira	77.999
Total	146.846

(c) O montante de devedores diversos totaliza R\$ 126.899 em 31 de dezembro de 2025, registrado principalmente pelos valores transitórios correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes.

(d) O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sem característica de concessão somam o valor de R\$ 5.764 em 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrativo abaixo:

Contas	31.12.2025
Saldo no início do período	(7.999)
Provisões constituídas	(12.633)
Reversões de provisões	14.868
Saldo final do período	(5.764)

9. Imobilizado de uso e Intangível

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Imobilizado de Uso	Imobilizações em curso	Imóveis em Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema de Comunicação	Sistema de Processamento de Dados	Sistema de Segurança	Sistema de Transporte	Total
Custo	41.294	59.074	27.427	10.727	123.082	15.191	170	276.966
Depreciação Acumulada	-	(38.835)	(19.318)	(7.972)	(108.678)	(10.087)	(170)	(185.060)
Líquido 31/12/2024	41.294	20.239	8.110	2.754	14.405	5.104	-	91.906
Aquisições	41.814	-	4.297	-	1.298	781	-	48.190
Baixa - Custo	-	-	(432)	(154)	(74)	(16)	-	(677)
Baixa - Depreciação	-	-	427	154	43	12	-	636
Depreciação	-	(675)	(1.792)	(720)	(5.15)	(1.035)	-	(9.236)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação Líquida	41.814	(675)	2.500	(720)	(3.748)	(258)	-	38.913
Custo	83.108	59.074	31.292	10.572	124.268	15.957	170	324.441
Depreciação Acumulada	-	(39.510)	(20.682)	(8.538)	(113.651)	(11.110)	(170)	(193.662)
Líquido 31/12/2025	83.108	19.565	10.609	2.034	10.656	4.846	-	130.818

Notas Explicativas

O Banco, buscando melhorias tecnológicas, vem investindo no seu intangível composto por softwares, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, por intangíveis em curso que representam os sistemas que se encontram em desenvolvimento e, como ainda não foram concluídos, não sofrem amortização, e por outros ativos intangíveis que se referem, em sua maioria, a termos de cooperação realizados junto ao Governo do Estado do Pará destinado a integração da infraestrutura para rede de comunicação de dados, voz e imagem e por não terem vida útil definida não sofrem amortização e, quando aplicável, os valores são ajustados ao valor recuperável (*impairment*).

Até 31 de dezembro de 2025 o Banco investiu o valor de R\$ 40.103 em um data center que se encontra em construção, valor registrado em imobilizado em curso.

Intangível	Intangível/Software	Intangível em curso	Marcas	Outros Ativos Intangíveis	Total
Custo	242.585	38.015	3.000	13.854	297.454
Amortização Acumulada	(106.063)	-	(2.625)	(19)	(108.707)
Líquido 31/12/2024	136.522	38.015	375	13.834	188.747
Aquisições	42.239	16.034	3.000	0	61.273
Baixas - Custo	-	-	-	3	3
Baixas - Amortização	82.833	-	-	-	82.833
Amortização	(47.404)	-	(375)	-	(47.779)
Transferências	15.045	(16.887)	-	1.842	-
Movimentação Líquida	9.880	(853)	2.625	1.846	13.498
Custo	217.37	37.162	6.000	15.699	275.898
Amortização Acumulada	(70.634)	-	(3.000)	(19)	(73.653)
Líquido 31/12/2025	146.402	37.162	3.000	15.680	202.245

10. Depósitos e captações no mercado aberto

a. Composição por tipo de depósito

Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos de poupança foram atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a SELIC for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da SELIC + TR quando a SELIC for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 180, 360 até 1800 dias.

Notas Explicativas

Contas	31.12.2025
Circulante	8.499.746
Depósitos à vista	980.092
Depósitos do público	527.848
Depósitos de instituições financeiras	402
Depósitos vinculados	8.388
Depósitos de governo	443.454
Depósitos a prazo	5.235.555
Depósitos de poupança	2.145.141
Depósitos interfinanceiros	138.958
Não circulante	4.765.134
Depósitos a prazo	4.765.134
Total	13.264.880

O Banco mantém com o Banco Cooperativo SICOOB S.A. – SICOOB, Banco do Estado de Sergipe – BANESE, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES e Banco Cooperativo SICREDI S.A – SICREDI. A instituição realizou captação em Depósito Interfinanceiro com saldo de R\$ 138.958 em 31 de dezembro de 2025 foi realizada com reciprocidade mediante aplicação em Certificado de Depósito Interfinanceiro Rural junto ao Banco Cooperativo SICOOB S.A. – SICOOB, sendo amparada por acordo de compensação e liquidação de obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do art. 30 da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001.

b. Composição dos depósitos por vencimentos

Vencimento	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	31.12.2025
Sem vencimento	980.092	1.275	138.958	2.145.141	3.265.466
Até 30 dias	-	219.060	-	-	219.060
De 31 a 60 dias	-	81.068	-	-	81.068
De 61 a 90 dias	-	141.777	-	-	141.777
De 91 a 180 dias	-	334.851	-	-	334.851
De 181 a 360 dias	-	4.457.524	-	-	4.457.524
Acima de 360 dias	-	4.765.134	-	-	4.765.134
Total	980.092	10.000.689	138.958	2.145.141	13.264.880

Notas Explicativas

c. Composição por segmento de mercado

Composição	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	31.12.2025
Sociedades ligadas	393.377	3.657.203	-	-	4.050.580
Pessoas físicas	289.765	1.536.629	-	2.093.048	3.919.442
Invest. institucionais	-	2.008	-	-	2.008
Instituição financeira	402	115.068	-	-	115.470
Pessoas jurídicas	239.852	3.671.081	-	52.093	3.963.026
Governo municipal	50.331	1.017.426	-	-	1.067.757
Outros	6.365	1.274	138.958	-	146.597
Total	980.092	10.000.689	138.958	2.145.141	13.264.880

d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado em curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras financeiras do tesouro	31.12.2025
Recompras a liquidar - Carteira própria	420.727
Total	420.727

e. Despesas de captação

	2º Sem 2025	01.01 até 31.12.2025
Depósitos de poupança	(78.597)	(150.704)
Depósitos interfinanceiros	(13.199)	(39.753)
Depósitos a prazo	(600.958)	(1.077.450)
Depósitos judiciais	(2)	-
Operações compromissadas – Carteira própria e terceiros	(13.677)	(61.931)
Letras financeiras	(123.069)	(198.036)
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(8.516)	(16.577)
Instrumentos com cláusulas de subordinação	(14.465)	(14.465)
Total	(852.483)	(1.558.916)

O aumento das despesas de captação entre os anos comparados é devido ao crescimento das despesas médias dos depósitos remunerados, os quais foram influenciados pelos constantes aumentos da taxa básica de juros (SELIC). A despesa de R\$ 39.753 refere-se à remuneração, à taxa de 100% do CDI, incidente sobre captações em Depósitos Financeiros. A despesa de R\$ 61.931 milhões refere-se à remuneração sobre Operações compromissadas, negociadas à taxa pré-fixada (Selic consenso), divulgada diariamente pelo Bacen. A despesa de R\$ 14.465 refere-se à remuneração à taxa de 2% a.a. acrescidos de 100% da Taxa do CDI da Letra Financeira Subordinada Nível II (Instrumentos com cláusulas de subordinação).

Notas Explicativas

11. Relações Interfinanceiras

O montante de R\$ 139.049 em 31 de dezembro de 2025 refere-se a transações de pagamento em operações nacionais e internacionais.

Circulante	31.12.2025
Transação de pagamento	139.049
Total	139.049

12. Emissão de Títulos

	31.12.2025
Circulante	688.197
Recursos de letras financeiras	688.197
Não circulante	1.916.126
Recursos de letras financeiras	1.702.050
Instrumentos de Dívida com Cláusulas de Subordinação	214.076
Total	2.604.323

O montante de R\$ 2.604.323 em 31 de dezembro de 2025 refere-se a obrigações por letras financeiras emitidas pelo Banco, cujas taxas variam entre 107% a 107,5% do CDI, com prazos de até 2 anos. Em decorrência da estratégia de negócios, o banco voltou a buscar captação de recursos financeiros junto a clientes. O saldo de R\$ 214.076, em 31 de dezembro de 2025, refere-se à captação por meio de Letra Financeira Subordinada, emitida com prazo de 10 anos e remuneração correspondente a 2% a.a. acrescidos de 100% da Taxa CDI.

13. Obrigações por Empréstimos e Repasses

	31.12.2025
Obrigações por Empréstimos e Repasses	
No exterior	81.768
No país	228.527
Total	310.295

O montante de R\$ 310.295 em 31 de dezembro de 2025 refere-se a obrigações por empréstimo e repasses no país e no exterior.

As captações no exterior se referem às captações (*funding*) realizadas pelo Banco, com o objetivo de custear a concessão de Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC) e Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio Externo (ACE), oferecidos pela mesa primária às empresas que atendem aos requisitos para este tipo de crédito. A

Notas Explicativas

captação foi realizada a taxas médias de 7,0375% a.a. e com prazos variando entre 358 e 717 dias corridos, conforme os contratos estabelecidos. As captações no país se referem a empréstimos provenientes do FUNGETUR e obrigações por repasses do BNDES que objetiva o fomento do setor turístico.

14. Provisões

As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo do grupo "Provisões":

Contas	31.12.2025
Circulante	194.240
Provisão com pessoal	94.498
Provisão com PLR	13.887
Provisão para outras despesas administrativas	50.474
Passivo para risco – Trabalhista	5.928
Passivo para risco – Cível	20.636
Passivo para risco – Tributária	5.549
Outros	3.268
Não circulante	28.030
Passivo para risco – Trabalhista*	14.161
Passivo para risco – Cível*	11.570
Passivo para risco - Tributário *	2.299
Total	222.270

* Vide nota 16

15. Outras Obrigações

Contas	31.12.2025
Circulante	280.096
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3.782
Sociais e estatutárias	586
Fiscais e previdenciárias	48.990
Obrigações por convênios	10.158
Obrigações por prestação de serviços	158.034
Credores por recursos a liberar	19.739
Credores diversos – País (a)	11.271
Obrigações por serviços de instituidores de arranjo	1.115
Valores a pagar em moeda estrangeira	697
Recursos do FGTS para amortização	672
Dividendos	5.794
Passivo Atuarial (b)	18.330
Outras obrigações	928
Total	280.096

(a) O montante de credores diversos composta, principalmente, de operações com cartão de crédito, totalizou R\$ 11.271 em 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

(b) Refere-se principalmente às obrigações do patrocinador sobre o déficit apurado na avaliação atuarial sobre o plano de saúde oferecido a empregados e ex-empregados do Banpará (Nota 19.2).

16. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, convergente à norma internacional IAS 37, o Banco realiza acompanhamento contínuo das ações judiciais de natureza cível, trabalhista, tributária, em que figura como parte, e nos processos e operações integrantes de sua carteira de recuperação de crédito, com base em avaliações preparadas por seus assessores jurídicos internos e externos, visando assegurar adequada mensuração e divulgação dos riscos e contingências nas demonstrações financeiras.

Movimentação das provisões judiciais

	31.12.2025		
	Trabalhista	Cível	Tributário
No início do período	28.648	24.959	10.119
Atualização monetária	4.517	8.449	2.808
Constituições	826	7.446	-
Reversões	(9.192)	(10.604)	(5.078)
Pagamentos	(4.711)	1.956	-
No final do período	20.089	32.206	7.848
Dep. Judiciais	37.257	25.974	45.536

Previsão de desembolso para passivos contingentes

Vencimento	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
------------	-------------	-------	------------	-------

Notas Explicativas

até 1 ano	5.928	20.636	5.549	32.113
de 1 a 5 anos	14.161	11.538	2.299	27.998
acima de 5 anos	-	32	-	32
Total	20.089	32.206	7.848	60.143

Nos termos do CPC 25, as provisões são reconhecidas quando existe obrigação presente resultante de evento passado, cuja liquidação seja considerada provável e cujo valor possa ser estimado com confiabilidade. Os valores classificados como risco médio e praticamente nulo não geraram constituição de provisão contábil, sendo divulgados apenas para fins informativos, uma vez que, na data-base, não se caracteriza saída provável de recursos.

Os depósitos judiciais permanecem registrados no ativo e não são compensados com as provisões reconhecidas, exceto quando houver direito legalmente exequível de compensação.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alteração na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

a. Contingências Trabalhistas, Provisões e Depósitos Judiciais

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía 438 processos trabalhistas discutidos judicialmente. Do total de processos, 221 ações possuem depósitos judiciais vinculados, registrados no ativo circulante, no montante de R\$ 37.257, permanecendo à disposição do juízo até decisão final das respectivas demandas. As contingências trabalhistas estão classificadas conforme avaliação de risco de perda, da seguinte forma:

Probabilidade de perda	Valor envolvido (R\$)	Valor provisionado (R\$)
Provável (100%)	20.089	20.089
Possível (50%)	65.497	-
Depósitos judiciais trabalhistas	37.257	

Notas Explicativas

As provisões estão concentradas principalmente em ações trabalhistas individuais, relacionadas a discussões sobre remuneração, enquadramento funcional e jornada de trabalho.

Provisões trabalhistas – (risco provável)

A composição das principais provisões por assunto jurídico é apresentada a seguir:

Tese trabalhista	Valor provisionado (R\$)	%
Incorporação de complemento de gratificação de função	6.382.	31,77%
Hora extra	3.344.	16,64%
Incorporação de gratificação de função	2.072.	10,31%
Hora extra – divisor 150/200	1.521.	7,57%
Descaracterização de função de confiança	1.373.	6,84%
Responsabilidade civil (danos morais e/ou materiais)	1.112.	5,54%
Doença ocupacional	651.	3,24%
Reconhecimento de vínculo empregatício	547.	2,72%
Diferença salarial – salário-mínimo profissional	485.	2,41%
Função de confiança	458.	2,28%

A Administração entende que as provisões registradas refletem a melhor estimativa de desembolso esperado para as obrigações classificadas como perda provável, considerando o estágio processual das ações, o histórico de decisões judiciais em casos semelhantes e as avaliações de seus assessores jurídicos.

Os depósitos judiciais trabalhistas referem-se principalmente a valores realizados para garantia de juízo ou cumprimento de determinações judiciais, permanecendo registrados no ativo da Companhia até o trânsito em julgado das respectivas ações ou levantamento autorizado pelo Poder Judiciário.

Contingências trabalhistas classificadas como possíveis

Os processos classificados como risco possível, não provisionados contabilmente, totalizam: R\$ 65.497.

Notas Explicativas

Principais teses:

Tese trabalhista	Valor estimado (R\$)
Auxílio-alimentação – declaração de natureza salarial	37.681.
Hora extra	8.189.
Descaracterização de função de confiança	5.556.
Hora extra – divisor 150/200	3.506.
Desconstituição de decisão	3.266.
Penalidade disciplinar – regularidade da pena aplicada	2.006.
Incorporação de complemento de gratificação de função	1.113.

b. Contingências Cíveis, Provisões e Depósitos Judiciais

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía 3.854 processos judiciais de natureza cível. Do total de processos, 135 ações possuem depósitos judiciais vinculados, registrados no ativo não circulante, no montante de R\$ 25.424, permanecendo à disposição do juízo até o encerramento definitivo das respectivas demandas. As contingências cíveis encontram-se classificadas conforme avaliação de risco de perda, da seguinte forma:

Probabilidade de perda	Valor envolvido (R\$)	Valor provisionado (R\$)
Provável (100%)	32.206	32.206
Possível (50%)	144.819	-
Depósitos judiciais	25.974	

Natureza das demandas cíveis

As contingências cíveis do Banco estão predominantemente associadas a demandas individuais de clientes, envolvendo discussões sobre:

- relações de consumo bancário
- operações de crédito
- responsabilidade civil por supostos danos morais ou materiais
- contestação de operações financeiras
- alegações de fraude ou movimentações indevidas em conta

Provisões cíveis – principais teses jurídicas

A composição das provisões classificadas como perda provável demonstra concentração em demandas relacionadas a operações bancárias e relações de consumo.

Principais temas identificados:

Notas Explicativas

Tese / assunto jurídico	Valor estimado (R\$)
Restituição de valores em operações bancárias	6.392
Demandas diversas classificadas sem definição específica	5.690
Relações de consumo (discussões contratuais e cobranças)	4.853
Responsabilidade civil por suposto vício na prestação de serviço	2.625
Empréstimo consignado	2.091
Alegações de golpe ou fraude	1.801
Retenção ou bloqueio de valores	1.273
Contratos de financiamento	751
Contas correntes – discussões contratuais	712
Saques ou transações fraudulentas	653

De modo geral, essas demandas envolvem questionamentos sobre operações financeiras, supostos débitos indevidos, contestação de contratos de crédito e alegações de falha na prestação de serviços bancários.

c. Processos Tributários, Provisões e Depósitos Judiciais

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco figurava como parte em 22 processos tributários, distribuídos da seguinte forma: 13 processos em esfera administrativa e 9 processos no âmbito judicial. Do total de ações judiciais, 5 processos possuem depósitos judiciais vinculados, registrados no ativo não circulante, no montante de R\$ 45.536, os quais permanecem à disposição do juízo até decisão definitiva. As contingências tributárias encontram-se classificadas conforme avaliação de risco de perda, nos seguintes níveis:

Percentual de perda estimada	Valor envolvido (R\$)	Valor Provisionado (R\$)
100%	7.848	7.848
50%	27.985	-
Depósitos judiciais	45.536	

Concentração das demandas por objeto da discussão

Objeto / tese tributária	Valor envolvido (R\$)
Discussões envolvendo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	41.115
Discussões envolvendo Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF	2.299
Discussões envolvendo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ	1.994
Discussões envolvendo ISS – Imposto sobre Serviços	83
Discussões envolvendo taxas municipais e outras exigências fiscais locais	43
Total da exposição tributária	123.657

Notas Explicativas

Síntese das principais teses discutidas

A análise dos processos demonstra que o contencioso tributário do Banco está concentrado nas seguintes linhas de discussão jurídica:

1. Discussões sobre CSLL

A principal exposição tributária do Banco refere-se a processos envolvendo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que totalizam aproximadamente R\$ 41.115.

Essas demandas estão relacionadas, em geral, a:

- interpretações divergentes quanto à base de cálculo da CSLL;
- autuações fiscais decorrentes de revisões de apuração do lucro tributável;
- discussões administrativas ou judiciais sobre aplicação de normas fiscais e compensações tributárias.

2. Discussões envolvendo CPMF

Os processos relacionados à Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) totalizam aproximadamente R\$ 2.299.

Essas ações normalmente decorrem de:

- autuações relacionadas a movimentações financeiras consideradas tributáveis pela fiscalização;
- discussões sobre incidência da contribuição em operações específicas do sistema financeiro.

3. Discussões envolvendo IRPJ

Os processos envolvendo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) representam cerca de R\$ 1.994 da exposição total.

As controvérsias estão associadas principalmente a:

- questionamentos sobre ajustes fiscais na apuração do lucro real;
- interpretações divergentes da legislação relativa a deduções, compensações ou bases de cálculo.

Considerações sobre riscos e incertezas

O cronograma de desembolso apresentado baseia-se na melhor estimativa disponível na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, o tempo de tramitação dos

Notas Explicativas

processos judiciais e administrativos, bem como eventuais mudanças na jurisprudência dos tribunais superiores, podem impactar o valor final e o prazo efetivo de liquidação dessas contingências.

O Banco permanece monitorando continuamente a evolução dos processos tributários, revisando periodicamente as avaliações de risco e estimativas contábeis, de modo a refletir adequadamente os efeitos potenciais dessas demandas nas demonstrações financeiras.

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado em 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	31.12.2025	
	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,9767
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,0079
Administradores	17	0,0002
Demais Acionistas	1.444	0,0152
Total	9.521.649	100,0000

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará em circulação:

Espécie e classe de ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de ações	% Ações em circulação
ON	9.519.449	2.200	9.521.649	0,023

(1) Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2) Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

b. Reserva Legal e Estatutária

Conforme previsto na Lei n 6.404.76, antes de qualquer distribuição, é destinado 5% do lucro do Banco para constituição da reserva legal, que tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos

Notas Explicativas

ou aumentar o capital. A reserva estatutária é calculada em até 70% do lucro, conforme definido pelo estatuto social do Banco.

c. Dividendos/juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado, em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social do Banpará e art. 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e da Política de Distribuição de Dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo distribuir dividendos intermediários e/ou intercalares.

De acordo com a Política de Dividendos do Banpará, é assegurado aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo máximo, até 40% do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal.

Em 15 de setembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio relativos ao 1º trimestre de 2025, no montante de R\$ 41.910 (R\$ 4,40 por ação), pagos em 30 de setembro de 2025. Nos termos da legislação tributária vigente, os juros sobre o capital próprio são dedutíveis na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, resultando em economia tributária de R\$ 18.859.

Em 31 de dezembro de 2025, de acordo com a legislação societária e o estatuto social, foi destinada a quantia de R\$ 47.704 do lucro líquido do exercício para dividendos obrigatórios. Após a dedução dos juros sobre o capital próprio, pagos em 15 de setembro de 2025 no valor de R\$ 41.910, conforme demonstrado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, restará um saldo a pagar de R\$ 5.794.

Notas Explicativas

18. Gestão de Risco Financeiros e de Capital

Risco de crédito:

Risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações pela contraparte, deterioração da qualidade creditícia, reestruturações ou custos de recuperação de ativos problemáticos (Default).

Na concessão, para os públicos PF e PJ, o Banpará avalia informações internas e externas considerando situação econômico-financeira, endividamento, capacidade de geração de caixa e resultados, gestão e controles, histórico de pagamentos, garantias, relacionamento, setor de atuação e demais fatores de risco.

As provisões de perda esperada são mensuradas mensalmente por modelos estatísticos, conforme normas vigentes, para toda a carteira elegível, com base nos seguintes componentes:

- PD (Probability of Default): Probabilidade de um ativo financeiro se tornar default, dentro de um período determinado (12 meses ou tempo restante de vida do contrato).
- EAD (Exposure at Default): Valor da exposição de um ativo na data em que ocorre o inadimplemento do devedor.
- LGD (Loss Given Default): percentual da perda caso ocorra Default, após recuperações e garantias.
- Taxa de desconto: aplicada aos fluxos futuros para cálculo do valor presente.
- CCF (Credit Conversion Fator): fator de conversão de limites em exposição de crédito.

A classificação por estágio segue critério temporal da operação, conforme aumento do risco em exposição:

- Estágio 1 para 2: aumento significativo de risco ou atraso a partir de 31 dias, com exceção da carteira imobiliária que possui mudança de estágio a partir do 61º dia de atraso.

Notas Explicativas

- Estágio 2 para Estágio 3: ativo problemático com atraso superior a 91 dias ou evidência de incapacidade de cumprir as condições contratadas. Neste estágio, o PD é 100%, cessam apropriações de receita e incluem-se eventuais recuperações de prejuízos.

O Banco aplica o conceito de cura, conforme Resolução CMN 4.966/21, mediante período de histórico regular de pagamentos e ausência de novos eventos de inadimplência.

Para a carteira imobiliária a cura obedece a períodos mais curtos, dado que se trata de um produto com garantia significativa.

As Resoluções CMN 4.966/21 e BCB 352/23 consolidam a abordagem de perda esperada, mais sensível à deterioração do risco e a cenários prospectivos, resultando em provisões mais aderentes à dinâmica das operações.

Gerenciamento de capital:

O Banpará realiza o monitoramento e controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo do capital, atendendo aos órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital mantém uma equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência necessários para trabalhar os elementos abrangidos pela gestão do capital tais como: monitoramento do Patrimônio de Referência – PR e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA; os impactos das oscilações das parcelas de RWA no índice de Basileia - IB e no Plano de Capital; o acompanhamento e compatibilização do Planejamento Estratégico com a suficiência de capital do Banco; a realização de simulações que impactem no capital (testes de estresse) e quando da prospecção de novos produtos e/ou alteração de regra de negócio; a elaboração e revisão do Plano de Capital do Banpará para o horizonte de 05 anos e os reportes do processo de gerenciamento de capital aos Órgãos de Governança da Instituição, mensalmente ou tempestivamente.

Notas Explicativas

O gerenciamento de capital é um processo que engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos Estatutário, pela Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores – Dicri, pelo Comitê de Planejamento Estratégico, pela Área de Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos, pela Área de Gestão de Risco Financeiro, e por todas demais unidades envolvidas no processo.

Dentre os documentos que compõem o ambiente de gestão e os processos inerentes à estrutura de gerenciamento de capital do Banpará, destacam-se:

- As políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco;
- Plano de Capital, abrangendo o horizonte de cinco anos, cujo objetivo é avaliar se há necessidade de capital, para fazer face aos riscos a que a Instituição está exposta, considerando o Planejamento Estratégico do período, para isto, são verificados os requerimentos mínimos de capital exigidos pelo Órgão Regulador e o apetite ao risco definido na Declaração de Apetite por Riscos-RAS;
- Plano de Contingência de Capital, que estabelece um conjunto de ações e responsabilidades a serem adotados em situações de deficiência de capital, indicando as ações mitigadoras que recomponham o capital aos níveis aceitáveis;
- A Declaração de Apetite por Riscos – RAS, tem por objetivo definir os tipos de riscos e os respectivos níveis que o Banco está disposto a assumir para atingir os seus objetivos estratégicos e os requisitos regulatórios;
- Programa de Testes de Estresse, que estabelece um conjunto de cenários e premissas de estresse que aplicados à Instituição permitem avaliar, de forma prospectiva, a capacidade de suportar perdas potenciais em situações extremas e adversas;
- Relatórios gerenciais periódicos (mensais, trimestrais, anuais e tempestivos) sobre a adequação dos níveis do PR aos riscos incorridos e das parcelas que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco – RWA e o risco de taxa de juros da carteira bancária por meio do IRRBB.

Notas Explicativas

O Índice de Basileia - IB representa a relação entre o Patrimônio de Referência - PR e os ativos ponderados pelo risco - RWA. Conforme regulamentação em vigor, o Índice de Basileia demonstra a solvência da empresa. Estão previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o PR, 6,00% para o índice de Nível I e 4,50% para o índice de Capital Principal. O adicional de capital - ACP exigido, é de 2,50%, totalizando em 10,50% para o Índice de Basileia, 8,50% para o Nível I e 7,00% para o Capital Principal.

Abaixo a tabela (valores em mil) resumo da composição do Patrimônio de Referência (PR), dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e do Índice de Basileia (IB) em:

Índice de Basileia	31.12.2025	31.12.2024
Patrimônio de Referência - PR	2.254.494	1.917.533
Nível I	2.040.419	1.917.533
Capital Principal	2.040.419	1.917.533
Capital Social	1.881.601	1.881.601
Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucros	380.667	227.190
Perdas Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial Exceto ...de Hedge de Fluxo de Caixa	(19.604)	(2.512)
Ajustes Prudenciais*	(202.245)	(188.746)
Nível II	214.075	-
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	13.534.415	12.710.944
Exposição ao Risco de Crédito - RWA _{CPAD}	11.920.763	11.113.505
Exposição ao Risco de Mercado - RWA _{MPAD}	43.587	24.923
Exposição ao Risco de Variação da Taxa de Juros Prefixadas-RWA _{JUR1}	6.988	9.419
Exposição ao Risco de Variação Cambial - RWA _{CAM}	36.598	15.504
Exposição ao Risco de Variação Qualidade Creditícia Contraparte -RWA _{CVA}	1	0
Exposição ao Risco Operacional - RWA _{OPAD}	1.570.065	1.572.516
IRRBB	298.710	352.935
Valor da Margem Sobre PR**	534.670	229.949
Índice de Basileia Banpará - IB	16,66%	15,09%

* Os saldos das Contas de Resultado Devedoras, Ajustes Prudenciais (At. Intangível) e Perdas não Realizadas - De ajustes de Avaliação Patrimonial exceto Hedge de Fluxo de Caixa reduzem o valor de PR.

** Para o cálculo do valor da margem sobre PR foi considerado o saldo do IRRBB e o saldo do ACPConservação (conta 953 do DLO).

Análise de resultado de capital no período

Em 31 de dezembro de 2025, o PR encerrou o exercício com R\$ 2.254.494 mil, apresentando um aumento de 17,57% em relação ao mesmo período em 2024, impulsionado pelo resultado líquido de R\$ 200.857 mil em 2025 e pela emissão de

Notas Explicativas

Letras Financeiras Subordinadas de Nível II, que acrescentaram R\$ 214.075 mil ao PR, fortalecendo a estrutura de capital da Instituição.

O montante da parcela de RWA, em 31 de dezembro de 2025, totalizou R\$ 13.534.415 mil, representando um crescimento de 6,48% em relação ao exercício de 2024. Esse aumento decorreu, principalmente, da elevação das parcelas RWACPAD, que apresentou crescimento de 7,26%, e RWAMPAD, com aumento de 74,89%, influenciado pelo crescimento da parcela RWACAM.

No que se refere à parcela RWAOPAD, observou-se uma redução de 0,16% no período, decorrente do processo das análises internas relacionadas à aplicação da metodologia de apuração do risco operacional, conforme estabelecido pela Resolução BCB nº 356/2023, vigente desde a data-base de janeiro de 2025. Tais análises contribuíram para o refinamento da interpretação e aplicação dos parâmetros regulatórios, resultando em menor exposição dessa parcela ao longo do exercício, em comparação aos valores apurados no primeiro semestre de 2025.

O Índice de Basileia (IB) registrado foi de 16,66%, permanecendo superior ao mínimo regulatório exigido e apresentando crescimento de 1,57 p.p. em relação ao exercício de 2024.

Acompanhamento do IRRBB

O Banpará acompanha o risco de taxa de juros por meio do IRRBB (*Interest Rate Risk of Banking Book*), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária. A mensuração do IRRBB é realizada por meio das abordagens Δ EVE e Δ NII, conforme circular Bacen nº 3.876/18 e alterações, que define:

- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento, desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Notas Explicativas

- Δ NI como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento das abordagens e da metodologia de alocação de capital para o IRRBB é realizado verificando a margem sobre o PR, conforme conta 953 do Documento de Limites Operacional – DLO. No acompanhamento do IRRBB para 31 de dezembro de 2025, verificou-se uma redução de alocação de capital de 15,36%. Nesse contexto, o Banpará apresenta margem sobre o PR de R\$ 534.670 mil, alocando capital suficiente para cobrir o risco de taxas de juros da carteira bancária.

Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. Ainda, segundo essa Resolução, o risco de mercado inclui a variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação, bem como, o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Com objetivo de identificar e mensurar os instrumentos que expõem a Instituição ao risco de mercado, é calculado e monitorado diariamente o VaR (*Value at Risk*) paramétrico para a carteira de negociação, segregado por fator de risco, fazendo uso da metodologia EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*), para o horizonte de 1 dia, com 95% de confiança.

Exposições Sujeitas ao Risco de Mercado		
		Valores em Mil
Fator de Risco	2025	2024
	Valor Exposto ¹	Valor Exposto ¹
PRÉ	8.168	6.870
USD	11.744	3.267
EURO	1.547	2.369
Total	21.459	12.506

Notas Explicativas

¹ Valor Exposto: Ativo – Passivo.

A exposição ao risco prefixado é atribuída a posse de títulos do tesouro nacional pré-fixados classificados na carteira de negociação. A exposição cambial advém dos saldos das moedas estrangeiras, dólar e euro, mantidas em espécie e de parte dos empréstimos em dólar que não estão *hedged*.

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade é realizada para a carteira de negociação e considera o fator taxa de juros (exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas) e moedas estrangeiras (exposições sujeitas à variação cambial – USD e EUR). Dessa forma, foram aplicados choques nos seguintes cenários:

➤ Cenário Provável:

- Os choques para a taxa de juros basearam-se na mediana das projeções para a taxa Selic que estará vigente no fechamento do primeiro trimestre de 2026, divulgadas no Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central e que haviam sido realizadas nos últimos cinco dias úteis anteriores ao dia 31/12/2025. Nesta data, a expectativa do mercado era de redução da taxa Selic em 50 bps.
- Para o dólar, a expectativa dos analistas, conforme o mesmo sistema, é de que a cotação atinja R\$ 5,43 no fechamento do primeiro trimestre de 2026.
- Para o euro, utilizando a correlação da cotação em reais do par USD/EUR no intervalo de um ano (0,7636), a cotação esperada é de R\$ 6,41.

➤ Cenário Possível:

- Considerando o histórico taxa Selic Meta nos últimos 2 anos, pode-se afirmar que, com um intervalo de confiança de 95%, a variação esperada para intervalos trimestrais, está entre -168 bps e +302 bps. Desta forma, utilizamos para a análise de sensibilidade o choque mais desfavorável ao Banco (+302 pontos base).
- Analisando a variação da cotação do dólar para o mesmo período, com o mesmo intervalo de confiança, a variação esperada para intervalos trimestrais,

Notas Explicativas

está entre -8,99% e +11,73%. Utilizamos para a análise de sensibilidade o choque mais prejudicial ao Banpará (-8,99%).

- Para o euro, a variação trimestral esperada ficou entre -5,77% e +10,49%. Utilizamos para a análise de sensibilidade o choque mais desvantajoso ao Banpará (-5,77%).

Os cenários utilizados para as análises acima estão em conformidade com a Resolução CVM nº 121/2022.

Análise de sensibilidade – Exposições Sujeitas ao Risco de Mercado										
Valores em Mil										
Cenários	Fatores de Risco						Total da Perda			
	Taxa de Juros		USD		EURO					
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	% PR	2024	% PR
Provável	53	-142	-155	-123	-14	68	-116	-0,005%	-197	-0,01%
Possível	-303	-194	-1.051	-259	-88	-146	-1.442	-0,06%	-599	-0,03%

A análise de sensibilidade da carteira de negociação demonstra baixo impacto no Patrimônio de Referência - PR, atribuível ao fato de que o valor exposto ao Risco de Mercado representa apenas 0,95% do total do PR do Banco.

Risco de liquidez:

O Banpará, em conformidade com a Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez e com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e alterações, utiliza estratégias e processos que permitem gerenciar de forma efetiva e prudente a capacidade de pagamento da Instituição e a manutenção adequada do estoque de ativos de alta liquidez (HQLA) que possam ser prontamente convertidos em caixa quando necessário. Assim, são elaborados cenários prospectivos, em situações normais e de estresse financeiro, moderado e agressivo, como forma de verificar o aumento da exposição ao risco de liquidez.

Nesse contexto, são realizadas projeções de fluxo de caixa para o período de 90 (noventa) dias úteis, as quais permitem avaliar, frente aos limites mínimos de liquidez,

Notas Explicativas

possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Mensalmente, também é monitorado o Índice de Gap Médio (IG), que possibilita a observação do descasamento de entradas e saídas, para 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias úteis, diferenciando fluxos de ativos e passivos e considerando a expectativa de renovação das operações de crédito e financeiras. Os resultados são reportados aos Órgãos de Governança da Instituição, via relatórios mensais ou tempestivos, com o intuito de remeter situações que possam comprometer os índices e limites mínimos de liquidez.

No encerramento do exercício de 2025, os estoques de ativos de alta liquidez do Banpará permaneceram acima dos limites mínimos estabelecidos na RAS, mantendo a capacidade financeira para honrar as obrigações esperadas e inesperadas.

Risco social, ambiental e climático:

O risco social, ambiental e climático refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes da violação de direitos e garantias fundamentais ou atos lesivos ao interesse comum; da degradação do meio ambiente e uso excessivo dos recursos naturais; do processo de transição para uma economia de baixo carbono, bem como de intempéries frequentes e/ou severas.

No Banpará, a gestão do risco social, ambiental e climático está inserida na estrutura organizacional da Diretoria de Controle, Risco e RI (DICRI), sendo compartilhada entre a Gerência da PRSAC e ESG (GEASG), a qual gerencia as diretrizes e ações da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática - PRSAC, agenda ESG e risco social, ambiental e climático da Instituição e a Gerência de Modelagem de Risco Social, Ambiental e Climático (GERAC), responsável por avaliar, controlar e mitigar o risco social, ambiental e climático no processo de concessão de crédito.

A partir da gestão de risco social, ambiental e climático a DICRI visa minimizar o risco financeiro, reputacional e de imagem, além de incentivar medidas voltadas à

Notas Explicativas

identificação de riscos climáticos nas atividades e operações do Banpará, observando os critérios de relevância e proporcionalidade. Diante disso, firmar o compromisso da Instituição com a responsabilidade social, ambiental e climática na área de atuação, colaborando para o crescimento econômico sustentável, a preservação do meio ambiente e a promoção de boas práticas na gestão social.

Para mitigar a ocorrência de perdas associadas a este risco, é realizada a avaliação do risco social, ambiental e climático, que considera as atividades exercidas pelos clientes, bem como, o tipo de recurso direcionado a operação para a carteira de crédito pessoa jurídica a partir da utilização de ferramentas de pesquisas externas e formulários preenchido pelos tomadores de crédito.

A metodologia de classificação consiste na avaliação combinada dos fatores de conformidade e governança social, ambiental e climática do cliente. Os referidos fatores observam: regularidade das atividades do cliente perante a legislação, padrões de gestão e histórico de ocorrências (consulta externa).

O modelo utilizado para classificação visa atender, principalmente, as Resoluções nº 4.557/2017, nº 4.943/2021, nº 4.945/2021, Resolução CONAMA nº 237/1997, Resolução COEMA nº 162/2021, Normativo SARB nº 14/2014 e nº 26/2023, Normas Regulamentadoras 1 (NR 1), 4 (NR 4), 7 (NR 7), 9 (NR 9).

Quanto a carteira comercial pessoa física, a mitigação do risco centra a atenção na prevenção do superendividamento dos clientes, para isso o Banco constitui em suas políticas internas níveis máximos de endividamento de maneira individual, por produto, modalidade de crédito e global. Essas métricas estão suportadas nos legados de riscos e de crédito implantados na instituição, sendo que a área de risco, entre as suas rotinas mensais de acompanhamento global da carteira, se preocupa em identificar os clientes que podem estar em condição de superendividados, visando dar o reporte para as áreas de crédito do Banco que tem ação/competência para regularizar a situação junto aos clientes.

Notas Explicativas

O acompanhamento do risco social, ambiental e climático, para a carteira de crédito pessoa jurídica, é realizado a partir do monitoramento das classificações geradas na concessão de crédito das operações com as maiores exposições ao RSAC pelas agências de relacionamento.

19. Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde

a. Plano de contribuição definida – PREVRENDA

O Banco do Estado do Pará - BANPARÁ patrocina o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA administrado e executado pelo ICATU - Fundo Multipatrocinado, estruturado na modalidade de Contribuição Definida - CD, sendo de contribuição definida com benefícios de risco na fase de captação (saldo projetado) e contribuição definida na fase de percepção dos benefícios.

O Plano é composto por contribuições do Patrocinador e dos Participantes na forma estabelecida pelo plano de custeio elaborado anualmente pelo ICATU-FMP), possuindo ainda como cobertura o Saldo contabilizado como Fundo Previdencial - Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial.

O Plano oferece os seguintes benefícios:

- a) Renda temporária;
- b) Benefício por morte e por invalidez do participante ativo;
- c) Benefício por morte do participante em gozo de benefício; e
- d) Pecúlio por morte e invalidez.

Considerando a modalidade do Plano, este não apresenta os riscos de sobrevivência, investimentos, liquidez e de mercado, apenas o custeio dos benefícios de risco pelo Patrocinador.

Em conformidade com o Pronunciamento CPC 33_R1, os Planos de Benefícios são segregados em Benefício Definido e Contribuição Definida. Assim sendo, abordamos a obrigação referente à parte BD do Plano (Estritamente ligado ao saldo projetado de contribuições em caso de invalidez ou morte do Participante Ativo).

Notas Explicativas

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações Atuariais	(3.470)	(242.236)	(245.706)
Ativo justo	4.639	242.236	246.875
(Déficit) / Superávit	1.168	-	1.168

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Contribuições normais	77.295	4.068	4.145
Contribuições administrativas	-	-	-
Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	77.295	4.068	4.145

Discorreremos, a seguir, sobre a verificação das estatísticas descritivas da massa populacional (participantes, aposentados e pensionistas) vinculada ao Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA na data base de 31 de novembro de 2025, utilizada nesta Avaliação Atuarial.

Hipóteses atuarias e econômicas

Para fins de apuração da *Duration* do Passivo foram utilizadas as seguintes Hipóteses e Premissas Atuariais:

HIPÓTESES E PREMISSAS	
	31.12.2025
Posição dos dados	Nov-25
Elegibilidade	Primeira idade
Regime Financeiro	Capitalização
Método de financiamento	Crédito Unitário Projetado - PUC
Composição familiar	60% com dependente vitalício; Homem 3 anos mais velho que a mulher
Crescimento real de salários	3,00%
Taxa Real Anual de Juros	7,05%
Taxa de Inflação projetada*	4,18%
Taxa anual de juros	11,69%
Expectativa de retorno dos ativos financeiros	11,69%
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 Agravada 100%
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 M&F
Tábua de mortalidade geral	AT-2012 IAM, segregada por sexo

As Hipóteses e Premissas Atuariais são devidamente acompanhadas e monitoradas, sendo que essas foram submetidas a Estudos Técnicos de Aderência, restando aplicáveis e aderentes ao Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA, em

Notas Explicativas

consonância com a legislação aplicável, categorizadas como habilitadas para a presente Avaliação Atuarial.

Considerando o valor da Duration calculada, promovemos a ponderação financeira entre dois títulos com pontuação análoga, conforme informações disponíveis na ANBIMA, em 30 de dezembro de 2025, auferindo a Taxa Real de Juros em 7,21% ao ano, a ser utilizada na presente Avaliação Atuarial.

Na data-base do estudo atuarial o Plano estava composto da seguinte forma:

	30.06.2025	31.12.2025
Participantes ativos – com obrigação atuarial		
Quantidade	1.577	1.576
Idade média (anos)	46,40	46,72
Salário médio	12	14

Movimentação no valor do passivo

Descrição	30.06.2025	31.12.2025
Passivo/Ativo reconhecido no início do período	-	-
Despesas do período (DRE)	(139)	(143)
Outros resultados abrangentes (ORA)	(81)	(66)
Contribuição do Patrocinador (CAIXA)	(59)	(77)

Movimentação no valor presente da obrigação atuarial

Descrição	30.06.2025	31.12.2025
Valor presente no início do exercício	(2.958)	(3.165)
Custo do serviço corrente	(195)	(202)
Custo de juros	(188)	(192)
Contribuição dos participantes do plano	-	-
Benefícios pagos	224	170
Perdas (ganhos) atuariais	(48)	(82)
Mudança de premissas (financeiras)	(55)	275
Mudança de premissas (tabuas biométricas)	-	(333)
Ajuste de experiência	7	(24)
Valor presente no final do exercício	(3.165)	(3.471)

Notas Explicativas

Movimentação no valor do ativo justo

Descrição	30.06.2025	31.12.2025
Valor justo dos ativos no início do exercício	5.138	4.802
Benefícios pagos	(224)	(170)
Contribuições de participante	56	59
Contribuições do empregador	59	77
Rendimento esperado dos ativos	293	264
Rendimento efetivo dos ativos	-	
Impacto de redução/liquidação	-	
Ganho/(Perda) sobre os ativos	(519)	(393)
Valor justo dos ativos ao final do exercício	(4.802)	(4.639)

Impacto em outros resultados abrangentes (ORA)

Descrição	30.06.2025	31.12.2025
Ganhos/(perdas) sobre ativo justo	(519)	(393)
Ganhos/(perdas) sobre obrigação atuarial	(48)	(82)
Ganhos/(perdas) sobre obrigação atuarial	648	540
Despesa/(Receita) reconhecida no resultado	81	65

Impacto no resultado

Descrição	30.06.2025	31.12.2025
Custo de serviço corrente líquido de contribuição	(139)	(143)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	(188)	(192)
Rendimento esperado dos ativos	293	264
Custo de juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	(105)	(72)
Despesa/(Receita) reconhecida no resultado	(139)	(143)

Valores reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido

Outros resultados abrangentes - PL	31.06.2025	31.12.2025
Saldo do início do exercício	(467)	
Ganhos (Perdas) atuariais	81	65
Saldo no final do exercício	(386)	(321)

Notas Explicativas

Ativos do plano de benefícios

Ativo	31.12.2025
Disponível	0,05%
Realizável	0,63%
Títulos Públicos	0,00%
Crédito Privados e Depósitos	0,00%
Fundos de Investimentos	99,32%
Operações com Participantes	0,00%
Imóveis	0,00%
Total dos investimentos	100,00%

Análise de sensibilidade

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,25% a.a.	56	-1,62%
Redução de 0,25% a.a.	(58)	1,67%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano	(92)	2,66%
Redução de 1 ano	83	-2,39%
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 0,25% a.a.	56	1,61%
Redução de 0,25% a.a.	(54)	-1,57%

Fluxo esperado de pagamento de benefício pós emprego – Parte BD	
Até 1 ano	488
De 1 a 2 anos	489
De 2 a 5 anos	1.427
Superior a 5 Anos	12.410
Total	14.814

19.2 Plano de saúde

O Banco oferece plano de saúde a seus funcionários ativos e inativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei nº 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa nº 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 13.303/2016.

Notas Explicativas

O Plano de Saúde é custeado por contribuição média de cada beneficiário, independente da faixa-etária, que para fins de cálculo foi considerado o valor de R\$446,51 (quatrocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e um centavos) reajustado sempre fevereiro de cada ano, com base na sinistralidade de ambas as carteiras.

Os empregados que aderirem ao Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial autorizam a realização de desconto em contracheque de percentual incidente sobre a remuneração observados os seguintes percentuais:

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$ 1.793,20	2,50%
2	De R\$ 1.793,21 a R\$ 2.236,16	3,00%
3	De R\$ 2.236,17 a R\$ 3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$ 3.000,25	4,00%

O BANPARA é responsável pelo pagamento da diferença cobrada em face das mensalidades e o desconto realizado aos participantes empregados. Os ex-empregados pagam integralmente as mensalidades cobradas pela UNIMED.

Considerando a permanência dos ex-empregados na mesma carteira, fica caracterizado o custo indireto a ser custeado pelo BANPARA e os atuais empregados, uma vez que o custo dos ex-empregados (idade elevada) é superior a mensalidade cobrada, sendo rateada entre todos.

Na data base desta Avaliação Atuarial o Plano estava composto da seguinte forma:

Descrição	31.12.2025
Empregados	
Quantidade	2.412
Idade média (anos)	44,67
Tempo de serviço (anos)	14,26
Ex-empregados	
Quantidade	87
Idade média (anos)	72,87
Dependentes (Ex-empregados)	
Quantidade	58
Idade média (anos)	60,34

Notas Explicativas

Reconhecimento no passivo

Descrição	31.12.2025
Passivo/(Ativo) reconhecido no início do período	13.275
Despesa do período (DRE)	2.616
Outros Resultados Abrangentes (ORA)	2.510
Contribuições do Patrocinador (CAIXA)	(71)
Passivo/(Ativo) reconhecido no final do período	18.330

Premissas atuarias

HIPÓTESES E PREMISSAS	
Descrição	31.12.225
Posição dos dados	Nov-25
Elegibilidade	70 anos (ACT)
Regime Financeiro	Capitalização
Método de financiamento	Crédito Unitário Projetado – PUC
Composição familiar	60% com dependente vitalício; Homem 3 anos mais velho que a mulher
Taxa de rotatividade	0,125/(TS+1)
Taxa real anual de juros	7,22%
Taxa de Inflação projetada	4,18%
Taxa anual de juros	11,70%
Aging Factor	1,53%
HCCTR	6,00%
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 Agravada 100%
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 M&F
Tábua de mortalidade geral	AT-2012 IAM, segregada por sexo

Movimentação da obrigação atuarial

Descrição	31.12.2025
Valor da Obrigação Atuarial no início do exercício	(17.234)
Benefícios pagos	52
Custo do serviço corrente líquido	(358)
Custo de Serviço Passado	-
Custo dos juros líquidos	(1.100)
Efeito do Compartilhamento de risco	-
Contribuições do Patrocinador	-
Contribuições dos Ex-empregados	-
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	311
Valor da Obrigação Atuarial ao final do exercício	(18.329)

Reconhecimento em outros resultados abrangentes

Descrição	31.12.2025
(Ganhos)/Perdas sobre o Ativo Justo	-
(Ganhos)/Perdas sobre a Obrigação Atuarial	311
- (Ganhos)/Perdas decorrentes da Experiência	4.478
- (Ganhos)/Perdas decorrentes de mudança biométricas	(5.312)

Notas Explicativas

- (Ganhos)/Perdas decorrentes de mudança financeira	1.145
Total a ser reconhecido	311

Reconhecimento no patrimônio líquido

Descrição	31.12.2025
Custo do Serviço Corrente Líquido	(358)
- Custo do Serviço Corrente	(358)
- Contribuição do Participante	-
Custo de Juros Líquidos	(1.100)
- Custo de Juros da Obrigação	(1.100)
- Receita de Juros dos Ativos	-
- Juros sobre o Compartilhamento	-
Total a ser reconhecido	(1.459)

Análise de Sensibilidade

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,25% a.a.	(17.642)	-3,75%
Redução de 0,25% a.a.	(19.093)	4,17%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano	(17.105)	-6,68%
Redução de 1 ano	(19.678)	7,36%
Aging Factor		
Aumento de 0,25% a.a.	(21.527)	17,45%
Redução de 0,25% a.a.	15.196	-17,09%

Fluxo esperado de pagamento de benefício pós emprego – Parte BD	
Até 1 ano	177
De 1 a 2 anos	278
De 2 a 5 anos	1.232
Superior a 5 Anos	682.758
Total	684.445

Reconhecimento no patrimônio líquido projetado

Descrição	31.12.2025	30.06.2025
Custo do Serviço Corrente Líquido	709	489
- Custo do Serviço Corrente	709	489
- Contribuição do Participante	-	-
Custo de Juros Líquidos	1.907	1.123
- Custo de Juros da Obrigação	1.907	1.123

Notas Explicativas

- Receita de Juros dos Ativos	-	-
- Juros sobre o Compartilhamento	-	-
Total a ser reconhecido	2.616	1.612

20 Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Resolução CVM nº 94/2022 e Resolução CMN nº 4.818/20, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas no mercado.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantém operações bancárias com esta instituição financeira.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	31.12.2025
Estado do Pará	4.050.580
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº 10 c)	393.377
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	3.657.203
ICATU FMP	927
Depósitos à vista	927

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva, dos membros do Conselho de Administração e

Notas Explicativas

dos membros dos Comitês Estatutários, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Remuneração e participações dos administradores	2º Sem 2025	01.01 até 31.12.2025
Remuneração	1.912	3.693
Pessoal chave da administração	1.218	2.278
Outras partes relacionadas	694	1.415
Participação nos lucros e resultados	639	885
Pessoal chave da administração	639	885

O Banco não oferece benefícios pós-emprego à pessoal chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

Outras informações:

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas desde que cumpram os requisitos presentes na legislação vigente.

Descrição	31.12.2025
Pessoal chave da administração	2.753
Outras partes relacionadas	2.236
Total	4.989

Em 31 de dezembro de 2025 o Banco possui o valor total era de R\$ 4.989 em operações de crédito com partes relacionadas.

Participação acionária:

Em 31 de dezembro de 2025, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banpará no total de 17 ações.

21 Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 259.931.

22 Imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo fiscal diferido

Demonstração do cálculo de imposto de renda e contribuição social

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	2º Sem 2025		01.01 até 31.12.2025	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado antes da tributação e participações	217.321	228.730	382.840	363.852
Participações no lucro	(20.782)	(20.782)	(42.810)	(42.810)
Resultado antes da tributação	196.539	207.948	340.030	321.042
Juros s/ Capital Próprio	41.909	41.909	41.909	41.909
Resultado antes da Tributação	238.448	249.857	381.939	362.951
Adições (Exclusões)	(209.384)	(221.657)	42.026	41.578
Base de Cálculo	29.064	28.200	423.965	404.529
Alíquota Normal (15% e 20%)	5.813	4.230	84.793	60.679
Adicional do Imposto de Renda (10%)	-	2.808	-	40.429
IR e CSLL Devidos	5.813	7.038	84.793	101.108
Programa de Alimentação ao Trabalhador	-	-	-	-
Incentivos Fiscais	-	(1.343)	-	(1.343)
Prorrogação da Licença Maternidade/Paternidade	-	(511)	-	(912)
IR e CSLL a Pagar	5.813	5.184	84.793	98.853

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% incidente sobre o lucro excedente a R\$ 20.000,00 mensais. A contribuição social sobre o lucro líquido para as empresas financeiras e equiparadas é calculada a alíquota de 20% a partir de março de 2020 por conta da Emenda Constitucional nº 103 promulgada em novembro de 2019.

a. Impostos Correntes

O Banco a partir de setembro de 2025 voltou a apurar a estimativa mensal de IRPJ e CSLL com base em balancete de suspensão ou redução em conformidade com a IN RFB nº 1.700/2017.

A partir de dezembro de 2023 o Banpará passou a deduzir 5% do cálculo do IRPJ nos termos da Lei nº 6.321/76 em decorrência de ação judicial, protocolada junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

b. Ativos fiscais diferidos - Créditos tributários ativados

O tratamento tributário das perdas incorridas no recebimento de créditos era exclusivamente regulamentado pela Lei nº 9.430/96. Sob esse regime, as perdas de todas as pessoas jurídicas, incluindo as instituições financeiras, eram tratadas de

Notas Explicativas

forma indistinta, gerando um significativo descasamento entre o tratamento contábil, regido pela Resolução 2.682, e o tratamento tributário. Esse desalinhamento resultava em um expressivo volume de ativos fiscais diferidos, autuações frequentes e altos custos de conformidade.

Com a edição da Resolução CMN nº 4.966/2021 e, posteriormente, da Resolução BCB nº 352/2023, além da Lei nº 14.467/2022, houve uma reformulação no tratamento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito, buscando maior convergência com padrões internacionais e as recomendações de Basileia III.

Essas normas introduzem um regime específico que permite a dedução progressiva das perdas incorridas, com base em critérios como inadimplência de 90 dias e os fatores de provisionamento A e B, estabelecidos pela Lei nº 14.467/2022.

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 391.840 mil (trezentos e noventa e um, oitocentos e quarenta milhões), relativo às diferenças temporárias de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para outros créditos, provisões judiciais trabalhistas, provisão licença prêmio, provisão ações cíveis, desvalorização de créditos vinculados e benef. pós emprego, ativas de 2015 a 2025, sendo o total decorrente da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e a 20% de CSLL até dezembro de 2025.

O procedimento de baixa dos créditos registrados no Ativo Fiscal Diferido das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito será realizado com base nas perdas transferidas para Créditos Baixados para Prejuízo, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Notas Explicativas

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.842/2020. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação dos créditos tributários

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação até 31 de dezembro de 2025:

Créditos tributários	01.01.2025	31.12.2025		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença temporária - IRPJ	192.797	125.385	(100.493)	217.689
Diferença temporária - CSLL	154.238	100.307	(80.394)	174.151
Total	347.035	225.692	(180.887)	391.840

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco efetuou a ativação do montante de R\$ 391.840 mil de Ativos Fiscais Diferidos – Diferença Temporária, provenientes de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para outros créditos, provisões judiciais trabalhistas, provisão licença prêmio, provisão ações cíveis, provisão para títulos e valores mobiliários e benefício pós emprego, sendo que R\$ 180.887 mil foram realizados ao longo do período.

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabelecem pelo CMN.

Notas Explicativas

Créditos tributários	01.01.2025	31.12.2025		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	299.562	206.182	(158.387)	347.356
Diferença Temporária - Trabalhista	12.892	1.726	(5.578)	9.040
Diferença Temporária - Prov. outros créditos	5.177	2.780	(4.427)	3.530
Diferença Temporária - Prov. licença prêmio	11.472	6.486	(3.225)	14.493
Diferença Temporária - Prov. Cíveis - IR	11.231	178	(178)	-
Diferença Temporária - Marcação de Mercado	-	-	(228)	-
Diferença Temporária - Desv. cred. vinculado	229	1.283	(2.117)	5.636
Diferença Temporária - Benefício pós-emprego	6.473	416	(261)	155
Diferença Temporária - Aplic de Liquidez e TVM	-			
Total	347.036	225.692	(180.887)	391.840

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos ativos provenientes de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para outros créditos, provisões judiciais trabalhistas, provisão licença prêmio, provisão ações cíveis, benefício pós emprego e Aplicação Liquidez e TVM.

Projeção de realização	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2035	Total
Crédito tributário de I.R	(34.655)	(37.004)	(32.652)	(30.477)	(26.126)	(23.949)	(67.480)	(217.688)
Crédito tributário de C. social	(27.724)	(29.603)	(26.122)	(24.381)	(20.900)	(19.160)	(53.986)	(174.152)
Total dos créditos	(62.379)	(66.607)	(58.774)	(54.858)	(47.026)	(43.109)	(121.466)	(391.840)
Taxa média de captação a.a. (%)	7,07	10,16	24,65	41,58	60,74	82,42	242,61	
Valor presente do crédito tributário	(58.260)	(60.464)	(47.151)	(38.747)	(29.256)	(23.632)	(49.115)	(248.365)

c. Ativos fiscais diferidos não registrados

Os créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2025 totalizavam R\$ 4.342 mil. Em 31 de dezembro de 2025, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Contas	01.01.2025		31.12.2025				
	Saldo	Ativo fiscal diferido	Reversão	Constituição	Ativação	Saldo	Ativo fiscal diferido
Provisão para riscos fiscais	10.119	4.554	(5.075)	2.804	-	7.848	3.532
Provisão para outros valores e bens	1.800	810	-	-	-	1.800	810
Total das adições temporárias	11.919	5.364	(5.075)	2.804		9.648	4.342

Notas Explicativas

d. Passivos fiscais diferidos

Em 31 de dezembro de 2025 o Banco registrou passivo fiscal tributário diferido no montante de R\$ 10.443 relativos a ajustes positivos de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de atualização de depósitos tributários federais.

Circulante	01.01.2025	Constituição	Realização/Baixa	31.12.2025
Ajuste marcação a mercado	699	610	(1.309)	0
Atualização dep. tributários federais	8.348	2.096	-	10.443
Ajuste de aplicação Liquidez e TVM	-	10	(10)	0
Total	9.047	2.716	(1.309)	10.443

23 Outras Receitas e Despesas

23.1 Outras Receitas/Despesas Operacionais

Outras receitas operacionais	2º Sem 2025	01.01 até 31.12.2025
Recuperação de encargos e despesas	507	815
Reversão da provisão férias, 13º salário e lic. prêmio	1.027	14.151
Reversão de provisões passivas	9.647	21.265
Atualização de valores ativos	9	20
Atualização de depósitos judiciais	5.076	9.349
Variação cambial e diferença de taxas	39	11.835
Créditos oriundos de decisões transitadas em julgado	1.560	2.216
Outros	1.971	8.153
Total	19.836	67.804

Outras despesas operacionais	2º Sem 2025	01.01 até 31.12.2025
Serviços associados a transações de pagamento	(1.796)	(3.536)
Desc. concedidos em renegociações	(1.911)	(2.534)
Variação cambial e diferença de taxas	(13)	(251)
Estorno de rendas	(3)	(12)
Provisões passivas	(6.369)	(17.683)
Ações cíveis	(3.045)	(5.424)
Outras ações	(1.052)	(3.427)
FCVS - Ajuste Rap/Refin	(430)	(5.559)
Licença Prêmio	(7.498)	(14.494)
Outros	(1.078)	(1.813)
Total	(23.195)	(54.733)

Notas Explicativas

23.2 Outras Receitas e Despesas

Outras receitas e despesas	2º Sem 2025	01.01 até 31.12.2025
Insubstâncias passivas	1.275	3.045
Superveniências ativas	201	844
Rec. de fraudes externas, cartões de crédito e eletrônica e documental	125	154
Outras receitas	232	317
Insubstâncias ativas	(2)	(2.453)
Superveniências passivas	(109)	(1.219)
Fraudes externas, cartão de crédito, eletrônica e documental	(179)	(462)
Erro Sistemico	(17)	(40)
Outras despesas	(158)	(235)
Total	1.368	(49)

23.3 Receitas de Prestação de Serviço

Receita de Prestação de Serviços	2º Sem 2025	01.01 até 31.12.2025
Rendas por serviços de pagamento	9.687	17.725
Rendas de adm. e transferência de fundos e programas	2.152	4.173
Rendas de cobrança	253	489
Rendas de pacotes de serviços - PF	67.856	128.395
Rendas de serviços diferenciados - PF	1.228	2.263
Rendas de serviços especiais - PF	1.062	2.257
Rendas de convênios	1.844	3.241
Rendas de comissão de seguros e outros	15.091	27.730
Rendas de outros serviços	2.515	4.448
Total	101.688	190.721

23.4 Rendas de Tarifas Bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	2º Sem 2025	01.01 até 31.12.2025
Fornecimento de 2ª via de cartão	1	6
Saque de conta depósito à vista e poupança	1.566	3.133
Transferência por meio de DOC/TED	962	1.838
Concessão de adiantamento e depositante	357	640
Anuidade cartão de crédito	9.014	17.386
Pacote de serviço	6.360	11.769
Fornecimento de folha de cheque	72	142
Operações de crédito	31	61
Manutenção de conta ativa	460	781
Convênios	5.912	11.302
Outras rendas	275	512
Total	25.010	47.570

Notas Explicativas

23.5 Despesa de Pessoal

Despesas de pessoal	2º Sem 2025	01.01 até 31.12.2025
Honorários	(1.912)	(3.693)
Encargos sociais	(88.646)	(174.391)
Benefícios	(86.470)	(155.638)
Proventos	(248.319)	(496.884)
Remuneração de estagiários	(2.218)	(3.833)
Treinamento	(1.312)	(4.464)
Total	(428.877)	(838.903)

23.6 Outras Despesas Administrativas

Outras despesas administrativas	2º s 2025	01.01 até 31.12.2025
Água e energia	(8.908)	(16.639)
Aluguéis	(22.705)	(44.994)
Comunicações	(16.219)	(32.906)
Contribuições filantrópicas	(614)	(1.043)
Manutenção e conservação de bens	(24.622)	(48.076)
Material	(518)	(1.373)
Processamento de dados	(91.999)	(163.883)
Promoções e relações públicas	(15.977)	(24.994)
Propaganda e publicidade	(10.666)	(33.216)
Publicação	(57)	(1.541)
Seguro	(316)	(616)
Serviços do sistema financeiro	(20.066)	(36.517)
Serviços de terceiros	(10.229)	(16.117)
Serviços de vigilância	(48.479)	(93.119)
Serviços técnicos especializados	(9.764)	(17.155)
Transportes	(21.455)	(39.691)
Viagens	(736)	(1.071)
Multas aplicadas	-	(1.413)
Outras despesas administrativas	(3.997)	(8.444)
Amortização	(23.742)	(47.779)
Depreciação	(4.614)	(9.236)
Total	(335.683)	(639.823)

23.7 Despesas Tributárias

Despesas Tributárias	2º Sem 2025	01.01 até 31.12.2025
Outras despesas tributárias	(1.322)	(3.282)
Imposto s/ serviço de qualquer natureza - ISS	(6.317)	(11.886)
Contribuição ao COFINS	(50.452)	(97.982)
Contribuição ao PIS/PASEP	(8.198)	(15.922)
Total	(66.289)	(129.072)

Notas Explicativas

24 Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Em atendimento à Resolução BCB nº 2/2020, o Banpará realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se o CDI acumulado dos últimos 12 meses, de 14,33%%, e o IPCA projetado* para os próximos 12 meses de 4,05%. Segue abaixo os efeitos esperados:

Operação - CDI	Base 31.12.2025	Cenário provável (14,33%%)	Cenário possível - estresse 25% (17,92%)	Cenário remoto - estresse 50% (21,50%)
Títulos e valores mobiliários	1.609.905	(230.744)	(288.431)	(346.117)
Operação - IPCA	Base 31.12.2025	Cenário provável (4,05%)	Cenário possível - estresse 25% (5,06%)	Cenário remoto - estresse 50% (6,08%)
Provisão para contingências	60.144	(2.436)	(3.045)	(3.654)

** Referência utilizada pelo relatório de mercado FOCUS em 26 de dezembro de 2025.

25. Outras Informações

25.1 Resultados não recorrentes

Segundo a Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão ou estão incidentalmente relacionados com as atividades típicas da instituição e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco, em 31 de dezembro de 2025, não possui eventos não recorrentes que tenham impactado no resultado.

25.2 Eventos Subsequentes

Em 15 de janeiro de 2026, o Banco Central do Brasil decretou a liquidação extrajudicial da Reag Investimentos S.A., administradora fiduciária do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) Rover, no qual o Banpará mantém investimento em cotas seniores.

A regulamentação aplicável prevê a continuidade do Fundo mediante substituição do administrador fiduciário por instituição habilitada, processo atualmente em andamento, não havendo indicação de desvalorização do investimento na data-base

Notas Explicativas

das demonstrações financeiras. Destaca-se, inclusive, o recebimento de rendimentos no montante de R\$ 10 milhões em 26 de dezembro de 2025, referentes ao investimento mantido no Fundo.

Nesse contexto, foi celebrado instrumento de cessão onerosa e transferência de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios e outras avenças, por meio do qual foram transferidas cotas do Fundo livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, dívidas, encargos ou gravames de qualquer natureza, não sujeitas a compromissos perante terceiros, com a correspondente transferência da titularidade, bem como de todos os direitos e obrigações a elas inerentes, permitindo ao cessionário sua plena fruição e livre disposição.

A regulamentação aplicável prevê a continuidade operacional do Fundo mediante a substituição do administrador fiduciário por instituição devidamente habilitada, processo que se encontra em andamento na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras. Até o momento, não há indicativos de desvalorização do investimento na data-base das demonstrações financeiras.

25.3 Processo de aprimoramento da estrutura de Governança, Controles Internos e Compliance.

Com o propósito de fortalecer a estrutura de Controles Internos e *Compliance*, o Banco revisou e implementou diversas iniciativas em 2025 voltadas ao aprimoramento de processos e à melhoria da governança corporativa. Dentre as principais medidas, destacam-se:

- Avanços significativos na estrutura e nas práticas de compliance, integridade e controles internos;
- Foi criada a Gerência de Apuração Disciplinar e Contratual (GEADC) para assegurar investigações tempestivas e técnicas;
- Intensificaram-se as ações de cultura ética, como a Semana de Compliance 2025, com recorde de público, a divulgação da Cartilha do Programa de Integridade e campanhas internas de integridade;
- Houve ampla atualização normativa em PLD/FT, políticas de compliance e controles internos, além da revisão de metodologias e matrizes de risco;

Notas Explicativas

- O Programa de Integridade foi consolidado com base no Guia de Programas de Integridade para Estatais;
- Em resposta à volatilidade regulatória, o banco reforçou a avaliação de riscos de conformidade, aprimorou procedimentos sistêmicos de PLD/FT para clientes com diligência reforçada e fortaleceu o acompanhamento de planos de ação com priorização por criticidade e reporte à Diretoria; e
- Por fim, foi contratado novo Canal de Denúncias, modernizando o acesso, ampliando a proteção ao denunciante e fortalecendo a governança e a transparência institucional.

As iniciativas implementadas ao longo do período demonstram o compromisso contínuo da instituição com a integridade corporativa, prevenção à lavagem de dinheiro, controles internos e a conformidade regulatória. O aprimoramento dos processos, aliado à capacitação dos colaboradores e à adoção de metodologias mais eficazes, reforça a solidez da governança corporativa e a mitigação de riscos. Dessa forma, o Banco segue fortalecendo sua cultura de *compliance*, assegurando maior transparência e confiabilidade em suas operações e consolidando sua posição no mercado com responsabilidade e integridade.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Diretores do BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
Belém - PA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banpará"; "Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Pará S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa 2.1 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação, nas demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução no. 4.966/21 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução no. 352 do Banco Central do Brasil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA")

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre encerrado em 31 de dezembro de 2025. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
www.forvismazars.com/br

1. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – adoção da Res. CMN 4.966/21

Por que é um PAA?

A entrada em vigor da Res. CMN 4.966/21, a partir de 1º de janeiro de 2025, gerou alterações significativas em critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, especialmente com relação à apuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2.1, 7.1 (f), 7.2, 7.3 e 18 às demonstrações financeiras, o Banpará implementou políticas e processos que consideram a classificação dos instrumentos financeiros por estágios de risco de crédito, envolvendo expectativas de inadimplência e premissas e julgamentos da Administração, incluindo informações prospectivas sobre a volatilidade esperada do risco de crédito, dentre outros critérios requeridos pela norma.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi considerada um principal assunto de auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras e pelo fato da adoção de estimativas e julgamentos por parte da Administração para mensuração e constituição da provisão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Os procedimentos de auditoria incluíram os resumidos abaixo, entre outros: (a) entendimento e análise, com apoio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, das políticas e critérios definidos pelo Banco para atendimento à Res. CMN 4.966/21; (b) entendimento e testes, com apoio de nossos especialistas em auditoria de sistemas, do desenho e da efetividade de certos controles implementados relativamente ao processo de apuração da provisão; (c) análises e testes dos critérios de provisionamento, incluindo o

modelo adotado, o processo de agravamento de riscos e definição de perdas e recuperações, análise de garantias, atrasos, alocação em estágios e demais condições previstas na Res. CMN 4.966/21;(d) testes substantivos, em base amostral, sobre entrada de dados e inspeção de documentação; e (e) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a estimativa do Banco para perdas de crédito esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com os parâmetros da Res. CMN 4.966/21, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

2. Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas

Por que é um PAA?

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2.1 (i), 14 e 16 às demonstrações financeiras, o Banpará é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. A atribuição do prognóstico de perda dos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da Administração do Banco, e levam em consideração aspectos relacionados a existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros, apesar da incerteza inerente a prazos e desfechos.

Devido à relevância, complexidade e julgamentos envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.

www.forvismazars.com/br

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas e a mensuração dos montantes provisionados; (b) obtenção de cartas de confirmação das demandas diretamente com os assessores jurídicos externos e internos e confronto dos prognósticos de perdas e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis; (c) inspeção da documentação dos processos judiciais provisionados pelo método individualizado; (d) avaliação dos parâmetros estatísticos utilizados nos casos massificados; (e) apoio de nossos especialistas tributários na avaliação de temas relevantes, prognósticos em relação à jurisprudência e teses jurídicas conhecidas; e (f) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para estimar as provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

3. Ambiente de tecnologia da informação

Por que é um PAA?

As operações do Banpará são dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia da informação e seus sistemas, capazes de suportar um elevado volume de transações processadas diariamente para fins de integração aos seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, possuem riscos comuns relacionados à segurança, ao processamento e à geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Devido à importância do ambiente geral de tecnologia no contexto das operações do Banpará e, consequentemente, na formação de informações confiáveis para fins de elaboração de suas demonstrações financeiras, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes críticos que suportam as principais atividades de negócio do Banco, avaliamos o desenho e a implementação dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banpará.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração do Banco, foram identificadas deficiências relevantes no ambiente de tecnologia relacionadas à governança sobre gestão de acessos a sistemas, gestão de interfaces e gestão de mudanças. Como consequência, consideramos esse aspecto em nosso planejamento de auditoria para determinados sistemas, modificando a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos sobre os saldos contábeis, de modo a obtermos evidências adicionais de auditoria que fossem suficientes e apropriadas para concluirmos sobre as demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

www.forvismazars.com/br

4. Estrutura de governança sobre o processo de apuração de denúncias

Por que é um PAA?

Conforme mencionado na nota explicativa nº 25.3 às demonstrações financeiras, a Administração do Banco revisou e implementou várias medidas para aprimoramento da estrutura de governança, controles internos e compliance do Banco abrangendo também o acompanhamento e endereçamento de denúncias incluindo análises internas sobre procedência e determinação de investigações. Devido à importância dessa estrutura de governança para o cumprimento das leis e regulamentos no contexto das operações do Banpará e, consequentemente, na formação de informações confiáveis para fins de elaboração de suas demonstrações financeiras, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento, avaliação e testes do novo ambiente geral de apuração de ocorrências; (b) testes, em base amostral, com apoio de nossos especialistas de auditoria forense, sobre ocorrências apresentadas em canal de denúncias; (c) entrevistas com Comitê de Ética, auditoria interna e área de compliance sobre análises e investigações em andamento; (d) revisão das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que a estrutura de governança sobre o processo de apuração de denúncias implementada está aceitável no contexto do cumprimento de leis e regulamentos e para fins de eventuais registros nas demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banpará, e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banpará. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
www.forvismazars.com/br

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das

demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
www.forvismazars.com/br

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração do Banco.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 20 de março de 2026

Forvis Mazars Auditores Independentes
CRC 2 SP023701/O-8 "F" PA

Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC - 1SP191325/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL
002/2026

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A., no uso de suas atribuições, legais e estatutárias, declara ter examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao 2º semestre de 2025 e exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. E, com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos recebidos no decorrer do período, e considerando, ainda, o Relatório emitido pela Forvis Mazars Auditores Independentes, sem ressalvas, e a Opinião do Comitê de Auditoria Estatutário, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Belém (PA), 20 de março de 2026.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

OPINIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
001/2026

O Comitê de Auditoria Estatutário do Banco do Estado do Pará S.A. (Coaud) declara que revisou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao 2º semestre de 2025 e exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, incluindo-se as notas explicativas, e o Relatório emitido pela Forvis Mazars Auditores Independentes, sem ressalvas. Com base nos trabalhos desenvolvidos e avaliações realizadas no período, considerando o escopo de sua atuação, o Coaud entende que as Demonstrações Financeiras relativas ao 2º semestre de 2025 e exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 do Banco do Estado do Pará S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.

Nesse sentido, o Comitê de Auditoria Estatutário concluiu que as Demonstrações Financeiras relativas ao 2º semestre de 2025 e exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 do Banpará são adequadas, emitindo opinião favorável à sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Belém (PA), 20 de março de 2026.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras 2025 do findo em 31 de dezembro de 2025 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Belém, 12 de março de 2026

Diretoria Colegiada

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da MAZARS Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras 2025 findo em 31 de dezembro de 2025 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém, 12 de março de 2026

Diretoria Colegiada